

Para:
Exmo. Senhor Presidente da
Subcomissão de Turismo da
Assembleia da República
Dr. Mendes Bota
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Lisboa, 29 de Janeiro de 2009

Assunto: Aluguer de veículos sem condutor de matrícula estrangeira
Ofício Nº 200914

Excelentíssimo Senhor Presidente,

ARAC – Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor, com sede em Lisboa, na Avenida de Outubro, nº 70 – 9º andar, vem respeitosamente expôr e requerer de Vossa Excelência o seguinte.

1. Tem vindo a verificar-se, há alguns meses, a circulação de viaturas de matrícula estrangeira, as quais são transportadas para Portugal para serem alugadas a cidadãos não domiciliados no nosso país.
2. Este tipo de “alugueres” é efectuado de duas formas:
 - a) A primeira consiste na celebração de contratos de locação financeira de viaturas (geralmente com viaturas de origem francesa), com rescisão antecipada. Estes contratos só formalmente são contratos de locação financeira, uma vez que são na sua substância contratos de aluguer de veículos sem condutor (rent-a-car), os quais são celebrados por prazos nunca superiores a 1 mês.
Efectivamente, não se trata de um verdadeiro contrato de locação financeira, mas sim de um contrato de aluguer de veículo sem condutor de curto prazo, evitando deste modo o locador as obrigações inerentes à exploração da indústria de aluguer de automóveis sem condutor, constante do D.L. 354/86, de 20 de Outubro, parecendo-nos este tipo de actuação completamente ilegal.

Exemplo desta situação: um turista estrangeiro, ou um cidadão português emigrado (cidadão não domiciliado em Portugal) celebra um contrato de “locação financeira”, solicitando que a viatura seja entregue e recolhida (com recurso a uma rescisão antecipada do contrato de locação financeira) em Portugal.
 - b) O segundo tipo de operação consiste num contrato de aluguer de veículo sem condutor efectuado por empresas de rent-a-car estrangeiras, sobretudo espanholas, através do qual o cliente/locatário celebra o contrato formalmente no estrangeiro sendo a viatura entregue e devolvida em Portugal. Efectivamente a viatura apenas circula em Portugal, elidindo, assim, a aplicação

- c) da lei portuguesa. Tal situação reveste-se de clara ilegalidade, pois na verdade toda a execução contratual é efectuada em Portugal.

Exemplo desta situação: um turista estrangeiro, ou um cidadão português emigrado (cidadão não domiciliado em Portugal), reserva uma viatura pela internet para que essa mesma viatura seja entregue e recolhida em Portugal.

3. Com este tipo de actuações, a nosso ver claramente ilegais, várias empresas estrangeiras alugam viaturas sem condutor em Portugal, elidindo a lei portuguesa a nível substantivo e fiscal, lesando seriamente as empresas portuguesas e o Estado português pela via da fuga á aplicação da carga fiscal nacional, nomeadamente em sede de IVA, ISV, IUC e IRC.
4. Este tipo de actuações, para além de se revestir de várias ilegalidades, distorce completamente a concorrência no sector de rent-a-car sobretudo pela via fiscal, uma vez que como é sabido a carga fiscal portuguesa incidente sobre o automóvel (ISV, IUC e IVA) é claramente superior á praticada em Espanha, onde a acrescer a esta diferença o sector de rent-a-car encontra-se isento de imposto de matrícula (imposto equivalente ao nosso ISV), sendo o IVA cobrado a uma taxa de 16% face á nossa taxa de 20%.
5. Com as vantagens fiscais acima mencionadas, as empresas concorrentes do país vizinho podem praticar tarifas de aluguer inferiores ás portuguesas.
6. Esta situação está a causar graves prejuízos económicos ás empresas de rent-a-car nacionais representadas pela ARAC, as quais poderão vir a ser forçadas a encerrar a sua actividade devido a uma concorrência desigual exercida por entidades estrangeiras que operam em Portugal de uma forma camuflada.

Em face do exposto e dada a grande importância deste assunto, solicitamos a V.Exa a marcação de uma reunião com carácter de urgência para apresentação e discussão deste caso que tanto preocupa as empresas nacionais do sector.

Apresentamos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os nossos respeitosos cumprimentos.

O Presidente do Conselho Director

João de Sousa Brás

Robalo Almeida

De: Robalo Almeida
Enviado: terça-feira, 17 de Março de 2009 13:04
Para: 'mendesbota@psd.parlamento.pt'
Assunto: VIATURAS DE LEASING DA PEUGEOT COM MATRÍCULA DE TRÂNSITO ALUGADAS EM PORTUGAL
Importância: Alta
Anexos: Qualitours - Peugeot Open E...pdf

Exmo Senhor Presidente da Subcomissão de Turismo da Assembleia da República,

1. Tem vindo a verificar-se, há alguns meses, a circulação de viaturas de matrícula estrangeira, as quais são transportadas para Portugal para serem alugadas a cidadãos não domiciliados no nosso país.
2. Este tipo de “alugueres” é efectuado de duas formas:
 - a) A primeira consiste na celebração de contratos de locação financeira de viaturas (geralmente com viaturas de origem francesa), com rescisão antecipada. Estes contratos só formalmente são contratos de locação financeira, uma vez que são na sua substância contratos de aluguer de veículos sem condutor (rent-a-car), os quais são celebrados por prazos nunca superiores a 1 mês.
Efectivamente, não se trata de um verdadeiro contrato de locação financeira, mas sim de um contrato de aluguer de veículo sem condutor de curto prazo, evitando deste modo o locador as obrigações inerentes à exploração da indústria de aluguer de automóveis sem condutor, constante do D.L. 354/86, de 20 de Outubro, parecendo-nos este tipo de actuação completamente ilegal.

Exemplo desta situação: um turista estrangeiro, ou um cidadão português emigrado (cidadão não domiciliado em Portugal) celebra um contrato de “locação financeira”, solicitando que a viatura seja entregue e recolhida (com recurso a uma rescisão antecipada do contrato de locação financeira) em Portugal.
 - b) O segundo tipo de operação consiste num contrato de aluguer de veículo sem condutor efectuado por empresas de rent-a-car estrangeiras, sobretudo espanholas, através do qual o cliente/locatário celebra o contrato formalmente no estrangeiro sendo a viatura entregue e devolvida em Portugal. Efectivamente a viatura apenas circula em Portugal, elidindo, assim, a aplicação da lei portuguesa. Tal situação reveste-se de clara ilegalidade, pois na verdade toda a execução contratual é efectuada em Portugal.

Exemplo desta situação: um turista estrangeiro, ou um cidadão português emigrado (cidadão não domiciliado em Portugal), reserva uma viatura pela internet para que essa mesma viatura seja entregue e recolhida em Portugal.
3. Com este tipo de actuações, a nosso ver claramente ilegais, várias empresas estrangeiras alugam viaturas sem condutor em Portugal, elidindo a lei portuguesa a nível substantivo e fiscal, lesando seriamente as empresas portuguesas e o Estado português pela via da fuga á aplicação da carga fiscal nacional, nomeadamente em sede de IVA, ISV, IUC e IRC.
4. Este tipo de actuações, para além de se revestir de várias ilegalidades, distorce completamente a concorrência no sector de rent-a-car sobretudo pela via fiscal, uma vez que como é sabido a carga fiscal portuguesa incidente sobre o automóvel (ISV, IUC e IVA) é claramente superior á praticada em Espanha, onde a acrescer a esta diferença o sector de rent-a-car encontra-se isento de imposto de matrícula (imposto

equivalente ao nosso ISV), sendo o IVA cobrado a uma taxa de 16% face á nossa taxa de 20%.

5. Com as vantagens fiscais acima mencionadas, as empresas concorrentes do país vizinho podem praticar tarifas de aluguer inferiores ás portuguesas.
6. Esta situação está a causar graves prejuízos económicos ás empresas de rent-a-car nacionais representadas pela ARAC, as quais poderão vir a ser forçadas a encerrar a sua actividade devido a uma concorrência desigual exercida por entidades estrangeiras que operam em Portugal de uma forma camuflada.

Para conhecimento, anexo documentação sobre o assunto referido no nº 2, alínea a), passando também a indicar o endereço electrónico.

<http://qualitourspeugeot.bigolutionsidc.com.br/asp/imagens/pegeout101008/peugeot.pdf>

Esta situação actividade de rent-a-car encapotada é feita por outras marcas de veículos francesas, as quais operam sobretudo a partir de países terceiros á União Europeia.

Com os melhores cumprimentos

Joaquim Robalo de Almeida

Secretário-Geral

Associação dos Industrias de Aluguer de Automóveis Sem Condutor

Av. 5 de Outubro, 70 9º 1050-059 Lisboa

Telf: 21 7615230/5

Fax: 21 7615231/7

Email: jr.almeida@arac.pt

FAÇA UM TEST DRIVE NA EUROPA



PEUGEOT OPEN EUROPE

HOLIDAYS BY CAR

308

O mais pedido!



407

Sem concorrência

207

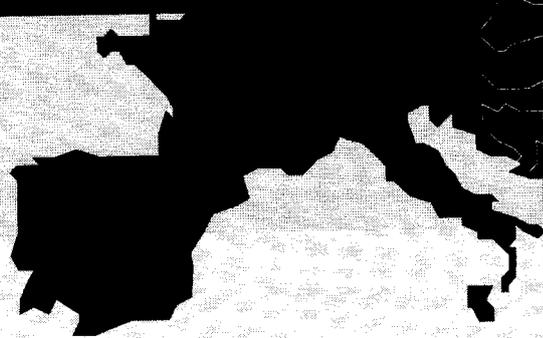
Lançamento na Europa

Qualitours
VIAGENS PERSONALIZADAS



PEUGEOT OPEN EUROPE

HOLIDAYS BY CAR



A fórmula mais econômica e confortável de conhecer a Europa, com liberdade total, em um modelo novo da Peugeot Zero Km!

INCLUI

- Carro 0km na Europa
- Quilometragem livre
- Seguros sem franquia
- Assistência 24 horas
- Garantias Peugeot
- Todos os seguros

VANTAGENS

- ✓ Automóvel Zero Km, documentação em seu nome, com garantia de fábrica.
- ✓ Modelos de lançamento da Peugeot, na Europa.
- ✓ Câmbio manual ou automático, motor a gasolina ou diesel.
- ✓ Garantia de entrega do veículo escolhido com a configuração encomendada.
- ✓ Preço fechado, sem surpresas no momento da entrega do veículo, com cobrança de taxas ou seguros adicionais.
- ✓ Todos os seguros incluídos, sem franquia: responsabilidade legal, pessoas no veículo, danos por colisão, roubo, incêndio, quebra de pára-brisas e demais vidros além de assistência legal.
- ✓ Assistência 24 horas nas estradas e concessionárias, incluindo substituição de veículo em caso de pane sem possibilidade de conserto em tempo razoável.
- ✓ Quilometragem ilimitada.
- ✓ Motorista a partir de 18 anos de idade, sem limite de idade.
- ✓ Rodar sem restrição geográfica nos 38 países autorizados.
- ✓ Sistema GPS instalado na maioria dos veículos, sem custo adicional.
- ✓ Entrega e devolução do veículo sem custo adicional em 25 cidades da França, e também em Genebra.

COMO CONTRATAR UM PLANO PEUGEOT EUROLEASE?

Basta ter residência comprovada fora da União Européia; contrato com período mínimo de 17 dias de permanência na Europa (o plano é competitivo e interessante também para períodos de duas semanas); independentemente de sua nacionalidade o motorista deve ter idade mínima de 18 anos e portador de carteira de habilitação válida. Planos disponíveis para permanência na Europa de mais de 175 dias, para estudantes ou representantes oficiais de Empresas na França.

QUEM PODE CONDUZIR O VEÍCULO?

O/a motorista contratante do plano Peugeot EuroLease, esposa ou marido deste/a, seus ascendentes e descendentes diretos, a condição que sejam elegíveis por contrato em igual condição ao contratante e qualquer motorista ocasional poderá dirigir o veículo a condição que o contratante esteja presente no veículo. Não há taxa a pagar para motoristas adicionais no contrato.

CARTEIRA INTERNACIONAL DE HABILITAÇÃO

Devido a diferentes exigências dos países europeus, este é o documento recomendado para conduzir o veículo na Europa.

A Qualitours pode providenciar este documento, cobrando uma taxa de R\$ 150. Enviar duas fotos 3x4 e cópias da Carteira Nacional de Habilitação, cédula de identidade ou RNE e comprovante de residência.

A GAMA PEUGEOT EUROLEASE E SUAS CARACTERÍSTICAS

Para atender ao mercado internacional de locação de veículos Zero km neste Plano, a Peugeot disponibiliza em 2008 - 35 modelos - na sua gama, dos quais 20 modelos de lançamento!

A Peugeot é líder na Europa no segmento de carros compactos com o recém lançado modelo 207, e premiada na Alemanha com o Golden Steering Wheel com o lançamento do novíssimo modelo 308! Destaque também para Expert Tepee, ideal para famílias e quem viaja com mais bagagem.

A montadora se destaca pelo sistema de injeção direta de gasolina, e pelo avançado motor a diesel, ambos garantindo maior potência de motor e economia de combustível. O motor a diesel desenvolvido pela Peugeot é silencioso e performance de destaque com torque e velocidade comparável aos modelos a gasolina.

NOVO GPS - RT4 SYSTEM

Este novo sistema já vem integrado em muitos dos novos modelos da Peugeot.

Sem necessidade de CDs por região/país o disco rígido de 30 GB apresenta ruas, estradas e mapas da Europa, com visão em 3D, localização de endereço por código postal, indicação de altitude nos mapas, além de função música com 10 GB proporcionando 180 horas de música.

Vem ainda com função de telefonia e Blue Tooth bastando inserir o cartão SIM do celular.

RESERVAS E PAGAMENTOS

Solicite ao seu Agente de Viagens o formulário de solicitação de reserva que deverá ser cuidadosamente preenchido, indicando o modelo Peugeot de sua preferência, data e local de entrega e devolução, número de celular e e-mail pessoal para contato da Central Peugeot-Sodexa em Paris. Se o local de entrega do veículo for Aeroporto é indispensável a indicação do voo de chegada e companhia aérea, pois uma pessoa responsável levará o carro especialmente ao aeroporto para proceder a entrega apresentando o veículo em detalhes.

Confirmada a reserva o cliente deverá preencher o contrato Peugeot e assiná-lo, encaminhando-o à Qualitours no prazo indicado. O pagamento será feito em Reais, conforme indicado utilizando-se a taxa de câmbio do Euro vigente.

TAXAS OPERACIONAIS

- ✓ € 30 para alteração de reserva confirmada.
- ✓ € 30 referente a taxa de urgência para reservas solicitadas com prazo inferior a 20 dias da data de retirada na França e a 25 dias da data de retirada nas demais cidades.
- ✓ € 30 quando o contrato preenchido e assinado não chegar aos nossos escritórios no prazo estipulado na confirmação da reserva (entretanto a entrega do veículo estará sujeita a reconfirmação de Peugeot).

SEGURO SCHENGEN E ASSISTÊNCIA EM VIAGEM

O tratado Schengen traz como exigência que todos os turistas viajando à Europa tenham adquirido um seguro com assistência internacional, com cobertura de no mínimo € 30.000 para acidentes. Consulte-nos sobre os planos disponíveis e preços.

NOVIDADES EM DESTAQUE

- ✓ **Station Wagon 207**
A versão Station Wagon do modelo 207 com 13cm a mais que o Sedan, tem sua capacidade de porta-malas de 337 litros; nos modelos Trendy e Premium, há barras no teto para aumento de segurança além de teto solar e abertura independente da janela traseira no modelo Premium.
- ✓ **308 Sedan**
O lançamento do Sedan 308 com mais espaço para 5 passageiros, com maior espaço para as pernas e largura maior na parte superior dos bancos. Seu porta-malas tem 8 litros a mais que o modelo 307. Inovações técnicas e detalhes de acabamento fazem deste modelo um automóvel já premiado na Alemanha.
- ✓ **Expert Tepee**
A Expert Tepee – em duas versões – é ideal para famílias com mais bagagem. Tem banco individual para o motorista, assento dianteiro para dois e banco traseiro acomoda três pessoas com mais conforto. Na versão curta (Short Base) tem um porta-malas de 1068 litros, que se reduz na versão longa (Long Base) para 770 litros em função de sua capacidade maior para passageiros.



CONSULTE-NOS SOBRE PROGRAMAS FLY & DRIVE
COMBINANDO A LOCAÇÃO DO SEU AUTOMÓVEL
COM TARIFAS AÉREAS PROMOCIONAIS.

LOCAÇÃO ONE-WAY, UM DIFERENCIAL

Você pode retirar o veículo em uma cidade e devolvê-lo em outra na França nas cidades-chave ou Genebra, sem custo adicional. Isto lhe dá a possibilidade de programar viagens com mais conforto sem a preocupação de devolver o carro na cidade de origem do contrato. Além disso a possibilidade de apanhar e/ou devolver o veículo em outras cidades designadas da Europa, pagando apenas uma taxa para a locomoção do veículo de/para a fábrica.

A entrega e devolução dos veículos nas cidades determinadas, na França, Genebra e outras cidades da Europa, será efetuada sempre nas lojas ou aeroportos, com encontro em hora previamente combinada.

PROMOÇÃO TANQUE CHEIO

A partir de Abril a Peugeot oferece um serviço opcional para a maior comodidade dos clientes. O tanque abastecido na retirada veículo, gasolina ou diesel, permitindo aos clientes seguir viagem imediatamente sem parar em posto de gasolina. O valor do "tanque cheio" será pago juntamente com o contrato de locação no Brasil. Consulte preços.

OPORTUNIDADE: VENDA SEU CARRO!

Outra novidade da Peugeot é a possibilidade do cliente "vender seu automóvel" após o período de contrato, a parentes ou amigos residentes na Europa, em condições especiais como veículo semi-novo. A Peugeot-Sodexa dará toda a assistência nos trâmites de documentação necessários.

PROGRAMA PEUGEOT – SALVE O PLANETA

O sistema de transporte em geral é responsável por um quarto da emissão de gás carbônico na atmosfera. A Peugeot vem, há algum tempo, investindo na redução do gás carbônico dos seus veículos, e, em função da nova legislação francesa que recomenda que veículos novos devam ter sua emissão de gás carbônico limitada entre 131g e 160g de CO₂ por quilômetro, lançou os novos modelos de 2008 com motores e novo câmbio semi-automático adaptados para operar neste limite, sem perder sua performance e eficiência. A maioria dos modelos 2008, na sua versão de câmbio manual emitem 125g de CO₂/km e os semi-automáticos emitindo 120g de CO₂/km, com consumo de mais de 20 km por litro de combustível. A Peugeot também atua há anos no Brasil num programa de reflorestamento na Amazônia legal.

RECOMENDAÇÕES E OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- ✓ Verifique sempre a capacidade do porta malas do veículo escolhido.
- ✓ A reserva de veículos especiais deve ser solicitada com maior antecedência.
- ✓ Veículos reservados de acordo com os modelos atuais, para serem entregues no próximo ano, estão sujeitos a pequenas alterações de fábrica.
- ✓ De acordo com a linha de produção da montadora, alguns veículos podem ter equipamentos, ou detalhes de acabamento, diferentes do modelo reservado, sem prejuízo do cliente, no entanto.
- ✓ É de responsabilidade do Cliente tomar ciência do cumprimento das exigências de segurança do(s) país(es) em que estará circulando com o veículo.

207



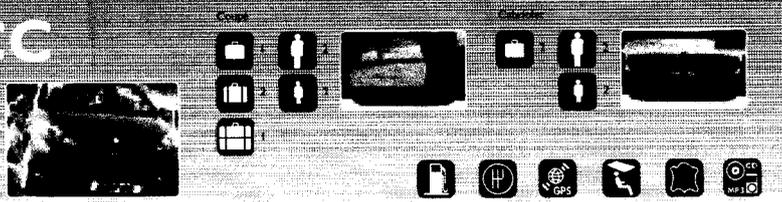
207 Premium Pack - Manual Gasolina - Cilindrada: 1.6L - 120HP DIN	G	M.				✓
207 Premium Pack - Automático Gasolina - Cilindrada: 1.6L - 120HP DIN	G	A.				✓
207 Trendy HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 1.4L - 70HP DIN	D	M.				✓
207 Premium HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 90HP DIN	D	M.				✓
207 Premium Pack HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 110HP DIN	D	M.	✓			✓

207 SW



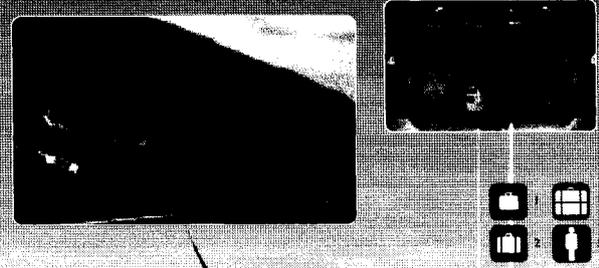
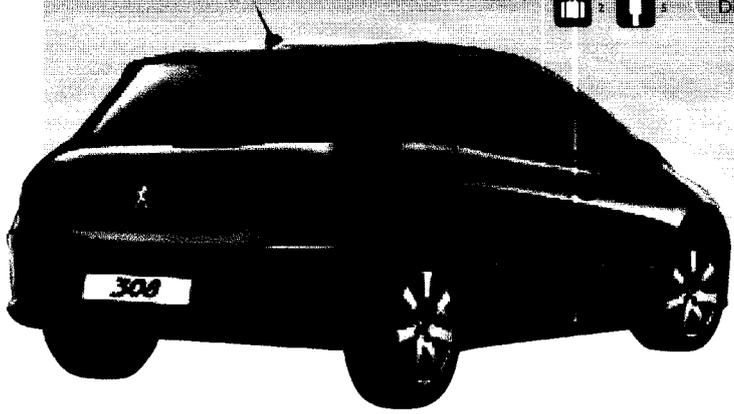
207 SW Premium HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 90HP DIN	D	M.		✓		✓
207 SW Premium HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 110HP DIN	D	M.	✓	✓		✓

207 CC

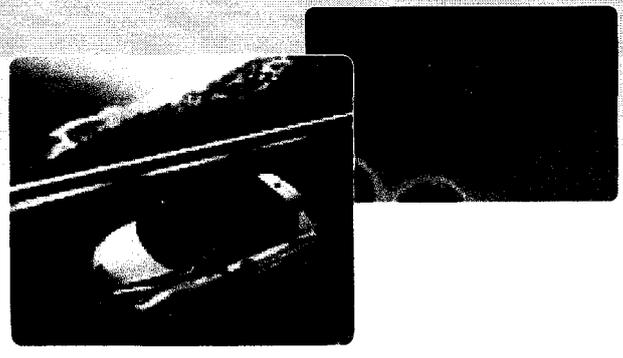


207 CC Sport Pack HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 110HP DIN	D	M.				✓
207 CC Sport Pack HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 110HP DIN	D	M.	✓			✓

Lançamento 308



308 Premium VTi - Manual Gasolina - Cilindrada: 1.6L - 120HP DIN	G	M.				✓
308 Premium HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 110HP DIN	D	M.				✓
308 Premium Pack HDi - GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 110HP DIN	D	M.	✓	✓		✓
308 Premium HDi - Automático Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	A.				✓
308 Premium Pack HDi GPS - Automático Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	A.	✓	✓		✓



307 SW & BREAK



307 SW Sport HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 110HP DIN	D	M ₆		✓	✓
307 SW Navteq HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 110HP DIN	D	M ₆	✓	✓	✓
307 SW Sport HDi - Automático Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	A ₆		✓	✓
307 SW Navteq HDi GPS - Automático Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	A ₆	✓	✓	✓
307 Break Confort Pack HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 90HP DIN	D	M ₆			✓

307 CC



307 CC Sport HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M ₆			✓
307 CC Navteq HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M ₆	✓		✓

407



407 Premium - Manual Gasolina - Cilindrada: 2.0L - 141HP DIN	G	M ₆			✓
407 Premium HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M ₆			✓
407 Premium Pack HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M ₆	✓		✓
407 Premium Pack HDi GPS - Automático Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	A ₆	✓		✓

407 SW

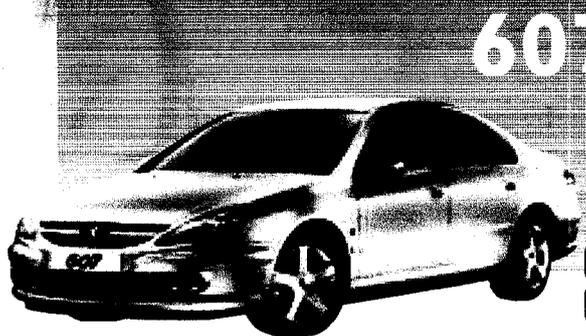


407 SW Premium HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M ₆			✓
407 SW Premium Pack HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M ₆	✓	✓	✓
407 SW Premium Pack HDi GPS - Autom. Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M ₆	✓	✓	✓

407 COUPÉ



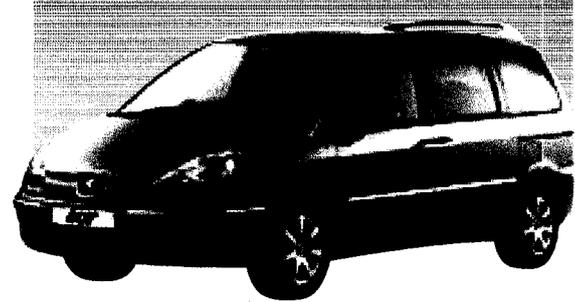
Coupé 407 Sport HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M ₆	✓		✓
Coupé 407 Felizia HDi GPS - Automático Diesel - Cilindrada: 2.7L - 204HP DIN	D	A ₆	✓	✓	✓



607



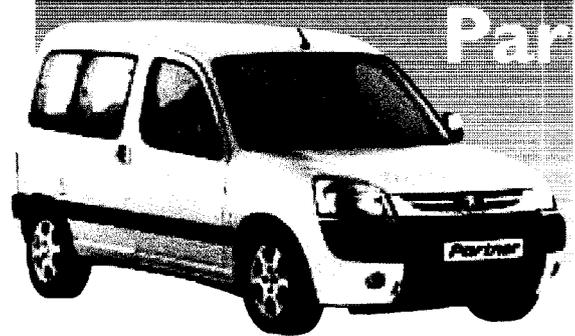
607 Premium HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M6	✓		✓
607 Premium HDi GPS - Automático V6 Diesel - Cilindrada: 2.7L - 204HP DIN	D	A6	✓	✓	✓



807



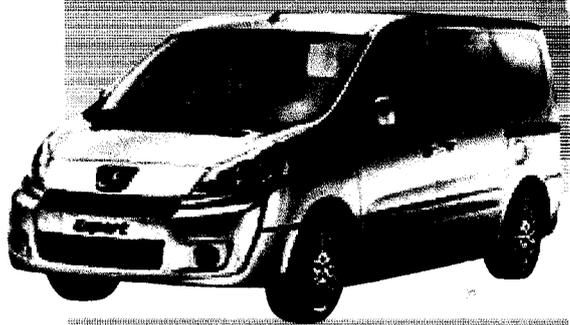
807 Navtec HDi GPS - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M6	✓		
---	---	----	---	--	--



Partner



Partner Totem Clim HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 1.6L - 90HP DIN	D	M6			
--	---	----	--	--	--



Tepee



Tepee Curto Confort HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 120HP DIN	D	M6			6
Tepee Curto Loisirs HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 120HP DIN	D	M6			6
Tepee Longo Loisirs HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M6			8
Tepee Longo Premium HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M6			8
Tepee Longo Premium HDi - Manual Diesel - Cilindrada: 2.0L - 136HP DIN	D	M6			9



- Número de pessoas autorizadas a bordo
- Criança
- Mala pequena: L: 37cm x A: 48cm x P: 20cm
- Mala média: L: 42cm x A: 63cm x P: 28cm
- Mala grande: L: 51cm x A: 75cm x P: 31cm

*A capacidade de carga da mala corresponde ao volume disponível sob o cobrir-bagagem.

- Combustível: Gasolina (G) ou Diesel (D)
- Marchas: manual (M) ou automático (A) + número de marchas
- Sistema de navegação por satélite por GPS
- Teto panorâmico de vidro
- Interior de couro
- Auto-rádio MP3 com tomada auxiliar

Todos os modelos vem com os seguintes equipamentos básicos:

- Ar condicionado
- Direção assistida
- Rádio/CD Player
- Sistema de Trava Eletrônico
- Fechamento Automático do veículo em andamento
 - Trava central
- Fechamento Centralizado das portas e da mala
 - Air Bags
 - Freios ABS
 - Vidros elétricos

Modelos Peugeot	A/C	REG	MP3	GPS	TETO	Tarifa =	Tarifa =	Diária
						17 Dias	21 Dias	Extra €
207 GASOLINA								
207 Premium - 1.4 - 95HP	✓	✓	✓	-	-	757	833	19
207 Premium - 1.4 - 90HP - Automático	✓	✓	✓	-	-	857	940	21
207 DIESEL HDI								
207 Trendy - 1.4 HDi - 70HP	✓	✓	✓	-	-	800	875	19
207 Premium - 1.6 HDi - 90HP	✓	✓	✓	-	-	866	940	19
207 Premium - 1.6 HDi - 90HP + GPS	✓	✓	✓	✓	-	1,014	1,089	19
207 SW Trendy - 1.6 HDi - 90HP	✓	✓	-	-	-	908	985	19
207 SW Premium - 1.6 HDi - 110HP + GPS	✓	✓	✓	✓	✓	1,150	1,227	19
207 CC Sport Pack - 1.6 HDi - 110HP	✓	✓	✓	-	-	1,071	1,174	26
207 CC Sport Pack - 1.6 HDi - 110HP + GPS	✓	✓	✓	✓	-	1,286	1,389	26
307 DIESEL HDI								
307 Break Confort Pack - 1.6 HDi - 90HP	✓	✓	✓	-	-	1,027	1,100	21
307 SW Confort Pack - 1.6 HDi - 90HP	✓	✓	✓	-	✓	1,063	1,155	23
307 SW Navteq - 1.6 HDi - 110HP + GPS	✓	✓	-	✓	✓	1,164	1,255	23
307 SW Sport - 2.0 HDi - 136HP - Automático	✓	-	✓	-	✓	1,329	1,420	23
307 SW Navteq - 2.0 HDi - 136HP - Automático + GPS	✓	✓	-	✓	✓	1,543	1,634	23
307 CC Sport - 2.0 HDi - 136HP	✓	✓	✓	-	-	1,513	1,630	29
307 CC Navteq - 2.0 HDi - 136HP + GPS	✓	✓	✓	✓	-	1,693	1,810	29
308 GASOLINA								
308 Confort Pack - 1.4 - 95HP	✓	✓	✓	-	-	914	994	20
308 DIESEL								
308 Confort Pack - 1.6 HDi - 90HP	✓	✓	✓	-	-	950	1,033	21
308 Premium Pack - 1.6 HDi - 110HP + GPS + Teto	✓	✓	✓	✓	✓	1,236	1,324	22
308 Premium - 1.6 HDi - 110HP - Automático	✓	✓	✓	-	-	1,186	1,274	22
308 Premium Pack - 1.6 HDi - 110HP - Autom.+GPS + Teto	✓	✓	✓	✓	✓	1,471	1,560	22
PARTNER DIESEL HDI								
Partner Totem Clim - 1.6 HDi - 90HP	✓	✓	-	-	-	846	920	19
407 DIESEL HDI								
407 Confort Pack - 1.6 HDi - 110HP	✓	✓	✓	-	-	1,136	1,233	24
407 Premium Pack - 2.0 HDi - 136HP + GPS	✓	✓	✓	✓	-	1,357	1,463	26
407 Premium Pack - 2.0 HDi - 136HP - Autom. + GPS	✓	✓	✓	✓	-	1,501	1,615	29
407 SW Premium - 2.0 HDi - 136HP	✓	✓	✓	-	✓	1,276	1,385	27
407 SW Premium Pack - 2.0 HDi - 136HP + GPS	✓	✓	✓	✓	✓	1,491	1,600	27
407 SW Premium Pack - 2.0 HDi - 136HP - Autom. + GPS	✓	✓	✓	✓	✓	1,635	1,755	30
407 Coupé Sport - 2.0 HDi - 136HP + GPS	✓	✓	✓	✓	-	1,971	2,077	26
607 DIESEL HDI								
607 Premium - 2.0 HDi - 136HP + GPS	✓	✓	✓	✓	-	1,971	2,080	27
807 DIESEL HDI								
807 Navteq - 2.0 HDi - 136HP - 5 Assentos + GPS	✓	✓	✓	✓	-	1,943	2,069	31
807 Navteq - 2.0 HDi - 136HP - 7 Assentos + GPS	✓	✓	✓	✓	-	2,229	2,354	31
EXPERT TEPEE HDI								
Tepee Short Base - 2.0 HDi - 120HP - 6 Assentos	✓	✓	-	-	-	1,829	1,949	30
Tepee Long Base - 2.0 HDi - 136HP - 8 Assentos	✓	✓	-	-	-	2,065	2,185	30
Tepee Long Base - 2.0 HDi - 136HP - 9 Assentos	✓	✓	-	-	-	2,156	2,290	34

PROMOÇÃO EUROPA

Para calcular a tarifa para entrega e/ou devolução do automóvel em cidades listadas, fora da França, somar a tarifa especial dos veículos da "Promoção Europa" à(s) taxa(s) de entrega e/ou devolução.

Tarifa € 17 Dias Tarifa € 21 Dias Diária Extra €

• 207 Premium 1.6 HDi - 90HP
800 874 19

• 207 SW Trendy 1.6 HDi - 90HP
864 941 19

• 307 SW Confort Pack 1.6 HDi - 90HP
950 1,042 23

• 308 Confort Pack 1.6 HDi - 90HP
911 994 21

• 407 Premium Pack 2.0 HDi - 136HP - Autom. + GPS
1,454 1,570 29

• 407 SW Premium 2.0 HDi - 136HP
1,214 1,323 27

• Tepee Long Base 2.0 HDi - 136HP - 8 Assentos
1,971 2,091 30

- Compactos
- Médios
- Grandes
- Familiares
- Prestígio

A/C:
Ar Condicionado

REG:
Cruise Control

MP3:
Rádio com MP3

GPS: Global Positioning System

TETO:
Teto Panorâmico

Validade: Reservas solicitadas a partir de 29 de fevereiro de 2008 (para as reservas confirmadas e pagas até 31/12/2009). Esta tabela cancela e substitui as anteriores. Valores sujeitos a alterações sem prévio aviso. Faça ilustrações. Reservamos-nos o direito de corrigir possíveis erros gráficos. Tabela 02/2008.

Robalo Almeida

De: João Miguel Gaspar Belo [jombelo@dgaiec.min-financas.pt]

Enviado: sexta-feira, 10 de Outubro de 2008 11:48

Para: jr.almeida@arac.pt

Assunto: FW: VIATURAS AFECTAS AO ALUGUER DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR - VIATURAS DE MATRÍCULA ESPANHOLA.

Divisão do Imposto Sobre Veículos Automóveis.

Processo: OU – 6394/4-0/2007.

Relativamente ao assunto em epígrafe, informo V.Ex.a que por despacho da Sr.^a Subdirectora-Geral, Dr.^a Paula Mota, proferido em 3.10.2008, foi sancionado o seguinte entendimento:

«A Associação Nacional Representativa das Empresas de Aluguer de Automóveis Sem Condutor (ARAC) vem solicitar pedido de esclarecimento junto desta DG relativamente à possibilidade de admissão em território nacional de veículos de aluguer por parte de empresas espanholas, os quais são entregues no Aeroporto de Faro a cidadãos de nacionalidade estrangeira em cumprimento de contratos, mais solicitando em sede de pedido de esclarecimento, da possibilidade das empresas de aluguer portuguesas adquirirem viaturas em Espanha para alugar a cidadãos estrangeiros em Portugal.

Em face dos factos supra referidos, cumpre informar que o regime inerente aos veículos de aluguer se encontra previsto no art.º 37º do CISV, sob a epígrafe “Automóveis de Aluguer”, nos termos do qual;

1 - Às empresas regularmente constituídas no território da União Europeia que se dediquem ao exercício da actividade de aluguer de automóveis matriculados em série normal de um Estado membro é autorizada a admissão temporária no território nacional de automóveis de aluguer em cumprimento dos respectivos contratos, desde que quem alugue o veículo seja uma pessoa não estabelecida nem residente em território nacional.

2 - Os automóveis referidos no número anterior, caso se encontrem em Portugal no termo da execução de contrato de aluguer, podem, no prazo de cinco dias após esse termo, ser realugados a pessoas residentes ou não residentes no território nacional, com vista à sua expedição ou exportação, no prazo de quatro e oito dias, respectivamente.

3 - No mesmo prazo de cinco dias, a que se refere o número anterior, o automóvel pode ser conduzido por trabalhador da empresa de aluguer, ainda que residente em território nacional, tendo em vista a sua devolução ao país onde se iniciou o contrato de aluguer do veículo.

4 - A inobservância do disposto nos números anteriores é considerada introdução ilegal no consumo e implica a apreensão imediata do veículo e a responsabilização solidária da empresa e do respectivo utilizador”.

Compulsado o normativo legal, resulta que tratando-se de aluguer advindo do cumprimento de contratos por parte dessas empresas espanholas relativamente a pessoa não estabelecida nem residente em território nacional, os mesmos encontram-se abrangidos pelo disposto no art.º 37º, e o mesmo se diga dos veículos realugados no termo da execução do contrato, a cidadãos não residentes no território nacional, para efeitos de expedição/exportação, nos prazos mencionados na norma.

O regime em apreço, que se insere no âmbito da admissão temporária, é assim aplicável a empresas não estabelecidas em território nacional, que se dediquem ao aluguer de veículos matriculados em série normal

de um Estado-membro, as quais podem admitir os veículos em admissão temporária, como já se referiu no cumprimento dos respectivos contratos de aluguer celebrados por parte dessas empresas com cidadãos estrangeiros, e no realuguer advindo do termo da execução do contrato em território nacional, pelo que não se afigura possível a aplicação do regime a empresas portuguesas».

Com os melhores cumprimentos,
A Directora de Serviços.
Fernanda Alves.

De: Joaquim Robalo de Almeida [mailto:jr.almeida@arac.pt]
Enviada: quarta-feira, 10 de Setembro de 2008 18:02
Para: Maria Fernanda Henriques Alves
Assunto: VIATURAS AFECTAS AO ALUGUER DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR - VIATURAS DE MATRÍCULA ESPANHOLA
Importância: Alta

Exma Senhora Doutora,

Nos últimos meses tem-nos chegado ao conhecimento, que empresas de rent-a-car espanholas, estão a entregar veículos no aeroporto de Faro, a cidadãos estrangeiros, o que nos parece manifestamente ilegal e alterador da concorrência, pois como é sabido, a carga fiscal incidente sobre os veículos automóveis, em Espanha é substancialmente inferior à portuguesa.
Em face desta situação, colocamos a seguinte questão: É possível face à actual legislação nacional o aluguer, entrega e condução de veículos de placa espanhola em território português a cidadãos de nacionalidade estrangeira por parte de empresas espanholas?
É possível as empresas de aluguer de automóveis sem condutor portuguesas adquirirem viaturas em Espanha para alugar a cidadãos estrangeiros em Portugal?

Este assunto é da máxima importância para as empresas associadas da ARAC, as quais se estão a defrontar actualmente com uma concorrência desigual.

Ficando a aguardar o entendimento da DGAIC sobre esta questão.

Com os melhores cumprimentos

Joaquim Robalo de Almeida
Secretário-Geral
Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis Sem Condutor
Av. 5 de Outubro, 70 9º 1050-059 Lisboa
Telf: 21 7615230/5
Fax: 21 7615231/7
Email: jr.almeida@arac.pt

FAÇA PARTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL REPRESENTATIVA DAS EMPRESAS DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR.
CONSULTE O NOSSO SITE EM WWW.ARAC.PT

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Lei n.º 22-A/2007**

Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º**Objecto**

1 — É aprovado o Código do Imposto sobre Veículos (ISV) publicado no anexo I à presente lei e que dela faz parte integrante.

2 — É aprovado o Código do Imposto Único de Circulação (IUC) publicado no anexo II à presente lei e que dela faz parte integrante.

Artigo 2.º**Competência para a administração dos impostos**

1 — A competência relativa à administração do imposto sobre veículos, abreviadamente designado por ISV, e do imposto único de circulação, abreviadamente designado por IUC, cabe à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e à Direcção-Geral dos Impostos, respectivamente.

2 — As entidades que, por força das competências referidas no número anterior e dos regimes jurídicos constantes da presente lei, realizam tratamento ou interconexão de dados estão obrigadas a dar cumprimento às disposições legais e regulamentares em matéria de protecção de dados pessoais.

Artigo 3.º**Titularidade da receita do IUC**

1 — É da titularidade do município de residência do sujeito passivo ou equiparado a receita gerada pelo IUC incidente sobre os veículos da categoria A, E, F e G, bem como 70 % da componente relativa à cilindrada incidente sobre os veículos da categoria B, salvo se essa receita for incidente sobre veículos objecto de aluguer de longa duração ou de locação operacional, caso em que deve ser afectada ao município de residência do respectivo utilizador.

2 — Nas situações a que se refere a parte final do número anterior, em que não seja possível identificar o município de residência do utilizador dos veículos, a receita assim apurada é repartida pelos municípios na mesma proporção da repartição da receita total.

3 — A receita gerada pela componente do IUC relativa ao nível de emissão de dióxido de carbono incidente sobre os veículos da categoria B, bem como 30 % da componente relativa à cilindrada incidente sobre os mesmos veículos, é da titularidade:

a) Do Estado, quanto aos veículos que circulem no território do continente;

b) Das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, quanto aos veículos que circulem nos respectivos territórios.

4 — É ainda da titularidade do Estado a receita gerada pelo IUC incidente sobre os veículos das categorias C e D, com excepção da respeitante a veículos destas categorias que circulem nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sendo da titularidade destas a receita de IUC gerada nos respectivos territórios.

Artigo 4.º**Regime de salvaguarda da receita dos municípios**

1 — A receita do imposto único de circulação e do imposto municipal sobre veículos a atribuir globalmente aos municípios em 2007, nos termos do artigo anterior, não é inferior ao valor correspondente à receita do imposto municipal sobre veículos atribuída em 2006, actualizada de 2,1 %.

2 — Para cumprimento do disposto no número anterior, pode ser transferida uma parcela da receita gerada pelo imposto único de circulação que é da titularidade do Estado, relativa ao nível de emissões de dióxido de carbono e incidente sobre os veículos da categoria B.

Artigo 5.º**Sistemas de informação**

A Direcção-Geral dos Impostos, a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e a Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros celebram protocolos com o Instituto dos Registos e Notariado, I. P., o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., o Instituto Português e dos Transportes Marítimos, I. P., o Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., e com as forças da autoridade, designadamente com a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, com vista à troca de informação necessária à liquidação e fiscalização do ISV e do IUC.

Artigo 6.º**Alteração à Lei das Finanças Locais**

O artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 10.º

[...]

a) O produto da cobrança dos impostos a cuja receita têm direito, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e o imposto municipal sobre veículos (IMV), sem prejuízo do disposto na alínea a) do artigo 17.º da presente lei, bem como a parcela do produto do imposto único de circulação que lhes caiba nos termos da lei;

- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- l)
- m) »

Artigo 7.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Os artigos 13.º e 15.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 13.º

[...]

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j) As importações de triciclos, cadeiras de rodas, com ou sem motor, automóveis ligeiros de passageiros ou mistos para uso próprio das pessoas com deficiência, de acordo com os condicionalismos previstos no Código do Imposto sobre Veículos, devendo o benefício ser requerido nos termos estabelecidos naquele código;
- l)
- m)
- n)
- o)
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 —

Artigo 15.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 — São também isentas de imposto as transmissões de triciclos, cadeiras de rodas, com ou sem

motor, automóveis ligeiros de passageiros ou mistos para uso próprio de pessoas com deficiência, de acordo com os condicionalismos previstos no Código do Imposto sobre Veículos, devendo o benefício ser requerido nos termos estabelecidos naquele código.

9 — Se os proprietários dos veículos adquiridos com a isenção conferida pelo número anterior ou importados com isenção ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 13.º pretenderem proceder à sua alienação antes de decorridos cinco anos sobre a data de aquisição ou de importação, devem pagar, junto das entidades competentes para a cobrança do imposto sobre veículos, o imposto sobre o valor acrescentado correspondente ao preço de venda, que não pode ser inferior ao que resulta da aplicação ao preço do veículo novo à data de venda, com exclusão do IVA, das percentagens referidas no n.º 2 do artigo 3.º-A do Decreto-Lei n.º 143/86, de 16 de Junho.

10 — »

Artigo 8.º

Alteração ao Regime Geral das Infracções Tributárias

Os artigos 73.º e 109.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 73.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 — Autuadas as infracções previstas no presente diploma em matéria de imposto sobre os veículos e de imposto único de circulação, há lugar à apreensão ou imobilização imediata do veículo, bem como à apreensão dos documentos que titulem a respectiva circulação, até ao cumprimento das obrigações tributárias em falta.

Artigo 109.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — A mesma coima é aplicável a quem:

a) Introduzir no consumo, utilizar ou manter a posse de veículos tributáveis sem o cumprimento das obrigações prescritas por lei;

b) Utilizar veículo tributável com documentos inválidos ou fora das condições prescritas por lei ou pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo ou violar o prazo de apresentação à alfândega de veículos tributáveis que se destinem a ser introduzidos no consumo ou a permanecer temporariamente em território nacional;

c) Utilizar veículo tributável em violação de condicionalismos ou ónus que acompanhem o reco-

nhecimento de benefício fiscal, designadamente em matéria de alienação, aluguer, cedência a terceiros ou identificação exterior do veículo;

d) Transformar ou utilizar veículo tributável transformado, mudar o chassis ou alterar o motor, desde que tais operações impliquem a sujeição a imposto ou a taxa de imposto mais elevada;

e) Obter benefício ou vantagem fiscal em veículos tributáveis por meio de falsas declarações ou por qualquer outro meio fraudulento.

4 — (Anterior n.º 3.)

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — (Anterior n.º 5.)»

Artigo 9.º

Revogação de disposições do Regime Geral das Infracções Tributárias

É revogado o n.º 4 do artigo 108.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho.

Artigo 10.º

Regime transitório do ISV

1 — Em derrogação do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Código do ISV, publicado no anexo I à presente lei, e a título transitório, a base tributável do imposto incidente sobre as autocaravanas, sobre os automóveis ligeiros de mercadorias e sobre os automóveis ligeiros de utilização mista previstos no artigo 9.º do referido código é exclusivamente constituída pela cilindrada.

2 — A partir de 1 de Janeiro de 2009, a base tributável do imposto incidente sobre a generalidade dos automóveis ligeiros de mercadorias e dos automóveis ligeiros de utilização mista é constituída, além da cilindrada, pelos respectivos níveis de emissão de dióxido de carbono, passando estes veículos a ser tributados por referência às taxas de imposto que figuram na tabela A do Código do ISV, publicado no anexo I à presente lei, sem prejuízo da redução que lhes seja aplicável.

3 — Até ao final do ano de 2008, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., deve implementar os mecanismos necessários à recolha e tratamento da informação relativa aos níveis de emissão de dióxido de carbono da totalidade dos automóveis sujeitos ao ISV.

Artigo 11.º

Impostos abolidos

1 — A partir da entrada em vigor da presente lei considera-se abolido o imposto automóvel.

2 — O imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem são abolidos em 1 de Janeiro de 2008, mantendo-se a aplicação do respectivo regime legal durante o ano de 2007 em relação a todos os veículos tributáveis, com excepção dos veículos da categoria B matriculados ou registados a partir da entrada em vigor da presente lei.

3 — As referências ao imposto automóvel e ao imposto sobre a venda de veículos automóveis feitas pela legislação em vigor devem entender-se, após a data da sua abolição, como sendo feitas ao imposto sobre veículos.

4 — As referências ao imposto municipal sobre veículos e aos impostos de circulação e de camionagem feitas pela legislação em vigor devem entender-se, após a data da sua abolição, como sendo feitas às categorias do imposto único de circulação que lhes sejam correspondentes, tendo em atenção as características dos veículos tributáveis.

Artigo 12.º

Autorização de cobrança de impostos

A partir da entrada em vigor da presente lei e durante o ano de 2007, o Governo é autorizado a cobrar o imposto sobre os veículos e o imposto único de circulação constantes do Código do ISV e do Código do IUC, anexos à presente lei.

Artigo 13.º

Legislação revogada

1 — Com a entrada em vigor da presente lei, são revogados:

- a) A Lei n.º 36/91, de 27 de Julho;
- b) O Decreto-Lei n.º 371/85, de 19 de Setembro;
- c) O Decreto-Lei n.º 471/88, de 22 de Dezembro, com excepção do disposto na alínea c) do artigo 2.º, que se mantém em vigor até 31 de Dezembro de 2007;
- d) O Decreto-Lei n.º 103-A/90, de 22 de Março;
- e) O Decreto-Lei n.º 27/93, de 12 de Fevereiro;
- f) O Decreto-Lei n.º 35/93, de 13 de Fevereiro, com excepção do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, que se mantém em vigor até 31 de Dezembro de 2007;
- g) O Decreto-Lei n.º 40/93, de 18 de Fevereiro;
- h) O Decreto-Lei n.º 56/93, de 1 de Março, com excepção do disposto no n.º 4 do artigo 2.º, que se mantém em vigor até 31 de Dezembro de 2007;
- i) O Decreto-Lei n.º 264/93, de 30 de Julho, com excepção do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º e no artigo 14.º, que se mantém em vigor até 31 de Dezembro de 2007.

2 — São revogados a partir de 1 de Janeiro de 2008:

- a) O Decreto-Lei n.º 143/78, de 12 de Junho;
- b) O Decreto-Lei n.º 116/94, de 3 de Maio.

3 — Consideram-se extintos e inaplicáveis ao ISV e ao IUC todos os benefícios fiscais relativos aos impostos abolidos nos termos da presente lei que não sejam mantidos nos códigos aprovados pela presente lei, com excepção dos benefícios previstos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, pelo artigo 3.º da Lei n.º 36/91, de 27 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 292-A/2000, de 15 de Novembro, e pela alínea f) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho.

4 — Os benefícios de carácter duradouro relativos ao imposto automóvel que tenham sido reconhecidos

ao abrigo da legislação ora revogada mantêm-se em vigor até ao decurso do respectivo prazo, nos termos e condições em que foram reconhecidos e com manutenção dos ónus que lhes sejam inerentes.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

1 — A presente lei entra em vigor em 1 de Julho de 2007.

2 — O disposto no Código do IUC aprovado pela presente lei é aplicável:

a) A partir de 1 de Julho de 2007, no que respeita aos veículos da categoria B matriculados a partir dessa mesma data;

b) A partir de 1 de Janeiro de 2008, aos restantes veículos.

Aprovada em 24 de Maio de 2007.

O Presidente da Assembleia da República, em exercício, *Guilherme Silva*.

Promulgada em 28 de Junho de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 28 de Junho de 2007.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO I

Código do Imposto sobre Veículos

(a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º)

CAPÍTULO I

Princípios e regras gerais

Artigo 1.º

Princípio da equivalência

O imposto sobre veículos obedece ao princípio da equivalência, procurando onerar os contribuintes na medida dos custos que estes provocam nos domínios do ambiente, infra-estruturas viárias e sinistralidade rodoviária, em concretização de uma regra geral de igualdade tributária.

Artigo 2.º

Incidência objectiva

1 — Estão sujeitos ao imposto os seguintes veículos:

a) Automóveis ligeiros de passageiros, considerando-se como tais os automóveis com peso bruto até 3 500 kg e com lotação não superior a nove lugares, incluindo o do condutor, que se destinem ao transporte de pessoas;

b) Automóveis ligeiros de utilização mista, considerando-se como tais os automóveis com peso bruto até 3 500 kg e com lotação não superior a nove lugares, incluindo o do condutor, que se destinem ao transporte, alternado ou simultâneo, de pessoas e carga;

c) Automóveis ligeiros de mercadorias, considerando-se como tais os automóveis com peso bruto até 3 500 kg e com lotação não superior a nove lugares, que se destinem ao transporte de carga, de caixa aberta, fechada ou sem caixa;

d) Automóveis de passageiros com mais de 3 500 kg e com lotação não superior a nove lugares, incluindo o do condutor;

e) Autocaravanas, considerando-se como tais os automóveis construídos de modo a incluir um espaço residencial que contenha, pelo menos, bancos e mesa, espaço para dormir, que possa ser convertido a partir dos bancos, equipamento de cozinha e instalações para acondicionamento de víveres;

f) Motociclos, triciclos e quadriciclos, tal como estes veículos são definidos pelo Código da Estrada.

2 — Estão excluídos da incidência do imposto os seguintes veículos:

a) Veículos não motorizados, bem como os veículos exclusivamente eléctricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis;

b) Ambulâncias, considerando-se como tais os automóveis destinados ao transporte de pessoas doentes ou feridas dotados de equipamentos especiais para tal fim;

c) Automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa aberta ou sem caixa, com peso bruto de 3 500 kg, sem tracção às quatro rodas;

d) Automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa aberta, fechada ou sem caixa, com lotação máxima de três lugares, incluindo o do condutor, com excepção dos abrangidos pelo artigo 8.º

Artigo 3.º

Incidência subjectiva

1 — São sujeitos passivos do imposto os operadores registados, os operadores reconhecidos e os particulares, tal como definidos pelo presente código, que procedam à introdução no consumo dos veículos tributáveis, considerando-se como tais as pessoas em nome de quem seja emitida a declaração aduaneira de veículos ou a declaração complementar de veículos.

2 — São ainda sujeitos passivos do imposto as pessoas que, de modo irregular, introduzam no consumo os veículos tributáveis.

Artigo 4.º

Base tributável

1 — O imposto sobre veículos possui natureza específica, sendo a sua base tributável constituída pelos seguintes elementos, tal como constantes do respectivo certificado de conformidade:

a) Quanto aos automóveis de passageiros, de mercadorias e de utilização mista, a cilindrada, o nível de emissão de dióxido de carbono (CO₂) relativo ao ciclo

combinado de ensaios e o nível de emissões de partículas, quando aplicável;

b) Quanto aos motociclos, triciclos, quadriciclos e autocaravanas, a cilindrada.

2 — Quando os veículos sujeitos a tributação em função do nível de emissão de dióxido de carbono não integrem este elemento no certificado de conformidade, as emissões a considerar como base tributável são as que resultem de medição efectiva a realizar por centro técnico legalmente autorizado.

3 — Para efeitos de aplicação do número anterior, as emissões de CO₂ dos veículos usados, resultantes de medição efectiva por centro técnico legalmente autorizado, cujo valor seja inferior ao constante do certificado de conformidade mais antigo do veículo da mesma marca, modelo e versão, ou, no caso deste não constar de informação disponível, de veículo similar, não são aceites para efeitos fiscais, prevalecendo o valor do certificado.

4 — Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira sempre que não seja possível apurar o valor da medição efectiva de dióxido de carbono relativamente a veículos a que não tenha sido emitido certificado de conformidade, o valor das emissões é calculado tendo em conta o certificado de conformidade mais antigo, da mesma marca, modelo e versão, ou no caso deste não constar, de informação disponível de veículo similar.

Artigo 5.º

Facto gerador

1 — Constitui facto gerador do imposto o fabrico, montagem, admissão ou importação dos veículos tributáveis em território nacional, que estejam obrigados a matrícula em Portugal.

2 — Constitui ainda facto gerador do imposto:

a) A atribuição de matrícula definitiva nova após o cancelamento voluntário da matrícula nacional feito com reembolso de imposto ou qualquer outra vantagem fiscal;

b) A transformação de veículo que implique a sua reclassificação fiscal numa categoria a que corresponda uma taxa de imposto mais elevada ou a sua inclusão na incidência do imposto, a mudança de chassis ou a alteração do motor de que resulte um aumento de cilindrada ou das emissões de dióxido de carbono ou partículas;

c) A cessação ou violação dos pressupostos da isenção de imposto ou o incumprimento dos condicionamentos que lhe estejam associados;

d) A permanência do veículo no território nacional em violação das obrigações previstas no presente código.

3 — Para efeitos do presente código entende-se por:

a) «Admissão», a entrada de um veículo originário ou em livre prática noutro Estado-membro da União Europeia em território nacional;

b) «Importação», a entrada de um veículo originário de país terceiro em território nacional.

4 — Sem prejuízo das obrigações declarativas previstas nos artigos 18.º e 19.º, quando, à entrada em

território nacional, os veículos tributáveis forem colocados em regime de suspensão de imposto, considera-se gerado o imposto no momento em que se produza a sua saída desse regime.

Artigo 6.º

Exigibilidade

1 — Nos casos mencionados no n.º 1 do artigo anterior, o imposto torna-se exigível no momento da introdução no consumo, considerando-se esta verificada:

a) No momento da apresentação do pedido de introdução no consumo pelos operadores registados e reconhecidos;

b) No momento da apresentação da declaração aduaneira de veículos ou declaração complementar de veículos pelos particulares.

2 — Nos casos mencionados no n.º 2 do artigo anterior considera-se verificada a introdução no consumo no momento da ocorrência do facto gerador do imposto ou, sendo este indeterminável, no momento da respectiva constatação.

3 — A taxa de imposto a aplicar é a que estiver em vigor no momento em que este se torna exigível.

Artigo 7.º

Taxas normais — automóveis

1 — A tabela A é aplicável aos automóveis de passageiros e aos automóveis ligeiros de utilização mista que não estejam previstos nos artigos 8.º e 9.º, sendo as taxas de imposto as seguintes:

TABELA A

Componente cilindrada

Escalão de Cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxas por centímetros cúbicos (em euros)	Parcela a Abater (em euros)
Até 1250	1,96	1350,00
Mais de 1250	7,16	7850,00

Componente ambiental

Escalão de CO ₂ (em gramas por quilómetro)	Taxas (em euros)	Parcela a Abater (em euros)
Veículos a Gasolina		
Até 120	0,95	0,00
De 121 a 180	18,50	2106,00
De 181 a 210	53,00	8316,00
Mais de 210	60,00	9786,00
Veículos a Gasóleo		
Até 100	2,60	0,00
De 101 a 150	27,00	2440,00
De 151 a 180	85,00	11140,00
Mais de 180	105,00	14740,00

2 — A tabela B é aplicável aos veículos referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º e no artigo 9.º, nas percentagens aí previstas, sendo as taxas de imposto as seguintes:

TABELA B
Componente cilindrada

Escalão de Cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxas por centímetros cúbicos (em euros)	Parcela a Abater (em euros)
Até 1250	3,83	2473,16
Mais de 1250	9,06	9010,66

3 — Os veículos ligeiros de passageiros e de utilização mista referidos no n.º 1, equipados com sistema de propulsão a gasóleo, que apresentem níveis de emissões de partículas inferiores a 0,005 g/km, constantes dos respectivos certificados de conformidade, beneficiam de uma redução de € 500 no total do montante de imposto a pagar, depois de aplicadas as reduções a que houver lugar.

4 — Quando da aplicação das tabelas de taxas a que se referem os n.ºs 1 e 2 resultar o apuramento de imposto inferior a € 100, há lugar ao pagamento desta importância.

5 — A cilindrada dos automóveis movidos por motores Wankel corresponde ao dobro da cilindrada nominal, calculada nos termos do Regulamento das Homologações CE de Veículos, Sistemas e Unidades Técnicas Relativo às Emissões Poluentes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 202/2000, de 1 de Setembro.

6 — Nas situações previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º, o montante do imposto a pagar é o que resulta da diferença entre o imposto incidente sobre o veículo após a respectiva operação, atento o tempo de uso entretanto decorrido, e o imposto originariamente pago, excepto nos casos de mudança de chassis, em que o imposto é devido pela totalidade.

7 — Os veículos fabricados antes de 1970, independentemente da sua proveniência ou origem, são tributados pela tabela B a que se refere o n.º 2, considerando as reduções decorrentes dos anos de uso mencionadas na tabela D a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º

8 — Os veículos que se apresentem equipados com motores preparados para o consumo, no seu sistema de propulsão, exclusivamente de gás de petróleo liquefeito (GPL) ou gás natural são tributados, na componente ambiental, pelas taxas correspondentes aos veículos a gasolina, previstas na tabela a que se refere o n.º 1.

Artigo 8.º

Taxas intermédias — automóveis

1 — É aplicável uma taxa intermédia, correspondente a 50 % do imposto resultante da aplicação da tabela A

a que se refere o n.º 1 do artigo anterior, aos seguintes veículos:

a) Automóveis ligeiros de utilização mista, com peso bruto superior a 2 500 kg, lotação mínima de sete lugares, incluindo o do condutor e que não apresentem tracção às quatro rodas, permanente ou adaptável;

b) Automóveis ligeiros de passageiros que utilizem exclusivamente como combustível gases de petróleo liquefeito (GPL) ou gás natural;

c) Automóveis ligeiros de passageiros que se apresentem equipados com motores híbridos, preparados para o consumo, no seu sistema de propulsão, quer de gás de petróleo liquefeito (GPL), gás natural, energia eléctrica ou solar, quer de gasolina ou gasóleo.

2 — É aplicável uma taxa intermédia, correspondente a 50 % do imposto resultante da aplicação da tabela B a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, aos seguintes veículos:

a) Automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa fechada, com lotação máxima de três lugares, incluindo o do condutor, e altura interior da caixa de carga, inferior a 120 cm;

b) Automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa fechada, com lotação máxima de três lugares, incluindo o do condutor, e tracção às quatro rodas, permanente ou adaptável.

3 — É aplicável uma taxa intermédia, correspondente a 30 % do imposto resultante da aplicação da tabela B a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, aos automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa aberta, ou sem caixa, com lotação superior a três lugares, incluindo o do condutor, que apresentem tracção às quatro rodas, permanente ou adaptável.

Artigo 9.º

Taxa reduzida — automóveis

É aplicável uma taxa reduzida, correspondente a 10 % do imposto resultante da aplicação da tabela B a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º, aos seguintes veículos:

a) Automóveis ligeiros de utilização mista que, cumulativamente, apresentem peso bruto superior a 2 300kg, comprimento mínimo da caixa de carga de 145 cm, altura interior mínima da caixa de carga de 130 cm medida a partir do respectivo estrado, que deve ser contínuo, anteparo inamovível, paralela à última fiada de bancos, que separe completamente o espaço destinado ao condutor e passageiros do destinado às mercadorias, e que não apresentem tracção às quatro rodas, permanente ou adaptável;

b) Automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa aberta ou sem caixa, com lotação superior a três lugares, incluindo o do condutor e sem tracção às quatro rodas, permanente ou adaptável;

c) Autocaravanas.

Artigo 10.º

Taxas — motociclos, triciclos e quadriciclos

As taxas de imposto aplicáveis aos motociclos, triciclos e quadriciclos são as constantes da tabela seguinte:

TABELA C

Escalão de Cilindrada (em centímetros cúbicos)	Valor (em euros)
De 180 até 750.....	50,00
Mais de 750.....	100,00

Artigo 11.º

Taxas — veículos usados

1 — O imposto incidente sobre veículos portadores de matrículas definitivas comunitárias atribuídas por outros Estados-membros da União Europeia é objecto de liquidação provisória feita em função da desvalorização comercial média dos veículos no mercado nacional, ponderados factores como a respectiva marca, modelo, modo de propulsão, quilometragem, estado mecânico e de conservação, atentos os valores médios que resultam das publicações de referência no sector, apresentadas pelo interessado e reduzindo-se o imposto de acordo com a tabela seguinte:

TABELA D

Tempo de uso	Percentagem de redução
De 6 meses a 1 ano	10
Mais de 1 a 2 anos	20
Mais de 2 a 3 anos	28
Mais de 3 a 4 anos	35
Mais de 4 a 5 anos	43
Mais de 5 a 6 anos	52
Mais de 6 a 7 anos	60
Mais de 7 a 8 anos	65
Mais de 8 a 9 anos	70
Mais de 9 a 10 anos	75
Mais de 10 anos	80

2 — Para efeitos de aplicação do número anterior, entende-se por «tempo de uso» o período decorrido desde a atribuição da primeira matrícula e respectivos documentos pela entidade competente até ao termo do prazo para apresentação da declaração aduaneira de veículos.

3 — Sempre que o sujeito passivo entenda que o imposto resultante da aplicação da tabela referida no n.º 1 excede o imposto residual incorporado em veículo idêntico ou similar, introduzido no consumo no ano da primeira matrícula do veículo em apreço, pode requerer a sua avaliação ao director da alfândega até ao termo do prazo de pagamento a que se refere o n.º 1

do artigo 27.º, tendo em vista a liquidação definitiva do imposto de acordo com a fórmula seguinte:

$$ISV = \frac{V \times IR}{VR}$$

em que

ISV — representa o montante do imposto a pagar;

V — representa o valor comercial do veículo a determinar pelo director da alfândega, após avaliação concreta do seu estado de conservação, feita em função dos elementos referidos no n.º 1;

IR — representa o imposto sobre veículos incidente sobre o veículo de referência no ano da primeira matrícula do veículo a tributar;

VR — é o preço de venda ao público de um veículo de referência no ano da primeira matrícula do veículo a tributar, tal como declarado pelo interessado, considerando-se como tal o veículo da mesma marca, modelo e sistema de propulsão, ou, no caso de este não constar de informação disponível, de veículo similar, introduzido no mercado nacional, no mesmo ano em que o veículo a introduzir no consumo foi matriculado pela primeira vez.

4 — Na falta de pedido de avaliação formulado nos termos do número anterior presume-se que o sujeito passivo aceita como definitiva a liquidação do imposto feita por aplicação da tabela constante do n.º 1.

5 — A impugnação judicial da liquidação do imposto com o fundamento de que o respectivo montante excede o imposto residual incorporado em veículo usado idêntico ou similar introduzido no consumo no ano da primeira matrícula do veículo a que o imposto diz respeito depende de pedido prévio de avaliação do veículo apresentado nos termos do presente artigo.

CAPÍTULO II

Estatuto dos sujeitos passivos

Artigo 12.º

Estatuto do operador registado

1 — Operador registado é o sujeito passivo que se dedica habitualmente à produção, admissão ou importação de veículos tributáveis em estado novo ou usado e que é reconhecido como tal pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, por meio de autorização prévia e atribuição de número de registo que o identifica nas relações que com ela mantém.

2 — O estatuto de operador registado confere ao sujeito passivo os seguintes direitos:

a) Apresentar, processar e imprimir a declaração aduaneira de veículos, na admissão ou importação de veículos, associando-lhe pedido de isenção ou redução do imposto;

b) Deter os veículos tributáveis em suspensão de imposto por prazo máximo de três anos depois de apresentada a declaração aduaneira de veículos;

c) Alienar os veículos novos a outro operador registado enquanto permaneçam em suspensão de imposto;

d) Apresentar a declaração aduaneira de veículos em qualquer alfândega com competência em matéria deste imposto.

3 — Além do que se encontra genericamente prescrito no presente código, o estatuto de operador registado implica o cumprimento das seguintes obrigações:

a) Comunicar à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, no prazo máximo de 30 dias, a alteração dos gerentes ou administradores, bem como qualquer outra alteração dos pressupostos subjacentes à concessão do estatuto;

b) Conservar as facturas e os certificados de conformidade respeitantes aos veículos objecto de declaração pelo prazo previsto na legislação aduaneira;

c) Apresentar os veículos tributáveis que se encontrem em regime de suspensão sempre que tal lhe seja solicitado;

d) Prestar-se aos varejos e outros controlos determinados pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

Artigo 13.º

Autorização

1 — O estatuto de operador registado é objecto de autorização prévia pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, mediante pedido formulado pelas pessoas singulares ou colectivas interessadas, reunidos que estejam os seguintes requisitos cumulativos:

a) Exercício, a título principal, da actividade de comércio de veículos tributáveis;

b) Capital social mínimo de € 50 000, ou de € 25 000 quando o requerente se dedique exclusivamente ao comércio de motociclos;

c) Admissão ou importação de mais de 50 veículos tributáveis, novos e sem matrícula, por ano civil, ou volume anual mínimo de vendas no respectivo sector de actividade de € 2 000 000, sendo estes requisitos de 20 veículos ou € 1 000 000 quando o requerente se dedique exclusivamente ao comércio de motociclos;

d) Inexistência de dívidas tributárias ao Estado em fase de cobrança coerciva, sem que haja reclamação graciosa, impugnação judicial, recurso judicial, oposição à execução ou pagamento em prestações com prestação de garantia;

e) Não terem sido condenados por crime tributário ou por contra-ordenação tributária punível com coima igual ou superior a € 5000, nos últimos 5 anos.

2 — Os requisitos quantitativos estabelecidos no n.º 1 são reduzidos a metade sempre que o requerente se encontre domiciliado e exerça a sua actividade nas regiões autónomas.

3 — O pedido de autorização deve ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Certidão do registo comercial comprovativa da sua situação jurídica;

b) Pacto social actualizado, tratando-se de sociedade comercial;

c) Indicação do local de armazenagem dos veículos durante o regime suspensivo.

Artigo 14.º

Revogação da autorização

1 — A autorização a que se refere o artigo anterior pode ser revogada por iniciativa dos interessados, mediante pedido fundamentado, ou por decisão do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, sempre que se comprove o incumprimento grave das obrigações constantes do presente código ou de normas complementares, sem prejuízo da instauração de processo por infracção tributária.

2 — A decisão de revogação é precedida de audição prévia a realizar nos termos da Lei Geral Tributária e comunicada ao interessado através de carta registada com aviso de recepção, com antecedência de 30 dias, prazo durante o qual deve ser dado um destino fiscal aos veículos que este detenha em regime suspensivo, salvo quando tenha sido determinada a sua apreensão.

3 — Nos casos em que haja lugar à apreensão dos veículos e à revogação da autorização em virtude da prática de infracção tributária, esta produz efeitos imediatamente após a recepção da respectiva notificação.

Artigo 15.º

Estatuto do operador reconhecido

1 — Operador reconhecido é o sujeito passivo que, não reunindo as condições para se constituir como operador registado, se dedica habitualmente ao comércio de veículos tributáveis e procede à sua admissão ou importação em estado novo ou usado, sendo reconhecido como tal pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo através da atribuição de número de registo que o identifica nas relações que com ela mantém.

2 — O estatuto de operador reconhecido é objecto de reconhecimento pelo director de alfândega da área de residência ou sede, mediante pedido formulado pelas pessoas singulares ou colectivas interessadas, reunidos que estejam os requisitos a que se refere o artigo 13.º, com exclusão das alíneas b) e c) do n.º 1.

3 — O estatuto de operador reconhecido confere ao sujeito passivo o direito de deter os veículos tributáveis em suspensão de imposto pelo prazo máximo de seis meses depois de apresentada a declaração aduaneira de veículos, implicando o cumprimento das obrigações a que estão sujeitos os operadores registados, sob pena de revogação da autorização nos termos estabelecidos no artigo anterior.

Artigo 16.º

Particulares

Particular é todo o sujeito passivo que proceda à admissão ou importação de veículos tributáveis, em estado novo ou usado, com a finalidade principal de satisfazer as suas necessidades próprias de transporte.

CAPÍTULO III

Introdução no consumo

Artigo 17.º

Tipos de declaração

1 — A introdução no consumo e liquidação do imposto incidente sobre os veículos que não possuam matrícula nacional é titulada pela declaração aduaneira de veículos (DAV).

2 — A liquidação do imposto incidente sobre os veículos que possuam matrícula nacional é titulada pela declaração complementar de veículos (DCV).

3 — Para efeitos de matrícula, os veículos automóveis ligeiros, ainda que excluídos do imposto, os pesados e as máquinas industriais ficam sujeitos ao processamento da DAV.

4 — A DAV pode ser processada por transmissão electrónica de dados, nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Artigo 18.º

Introdução no consumo por operadores registados

1 — Os operadores registados estão obrigados à apresentação da DAV no prazo máximo de 20 dias úteis após a ocorrência do facto gerador do imposto.

2 — Apresentada a DAV pelos operadores registados, os veículos tributáveis permanecem em suspensão de imposto pelo período máximo de três anos, termo até ao qual deve ser apresentado o pedido de introdução no consumo ou realizada a expedição, exportação ou sujeição dos veículos a outro regime fiscal de apuramento do regime suspensivo, considerando-se de outro modo haver introdução ilegal no consumo.

3 — Enquanto perdure a suspensão de imposto, o local de armazenagem usado pelos operadores registados é considerado como área de entreposto fiscal, não sendo permitido que os veículos usados dele saiam sem autorização expressa do director da alfândega territorialmente competente, considerando-se de outro modo haver introdução ilegal no consumo.

4 — Os operadores registados podem requerer ao director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo a impressão da DAV no domicílio, em termos a regulamentar por portaria do membro do Governo responsável pela área das Finanças, na condição de terem introduzido no consumo, pelo menos, 1 000 veículos no ano em que efectuem o pedido ou no ano imediatamente anterior.

5 — Os operadores registados que introduzam no consumo veículos usados ficam sujeitos à apresentação da documentação referida no n.º 2 do artigo 20.º

Artigo 19.º

Introdução no consumo por operadores reconhecidos

1 — Os operadores reconhecidos estão obrigados à apresentação da DAV, em qualquer alfândega com competência em matéria deste imposto, no prazo máximo de 20 dias úteis após a ocorrência do facto gerador do imposto.

2 — Apresentada a DAV pelos operadores reconhecidos, os veículos tributáveis permanecem em suspensão de imposto pelo período máximo de seis meses, termo até ao qual deve ser apresentado o pedido de introdução no consumo ou realizada a expedição, exportação ou sujeição dos veículos a outro regime fiscal de apuramento do regime suspensivo, considerando-se de outro modo haver introdução ilegal no consumo.

3 — Enquanto perdure a suspensão de imposto, o local de armazenagem usado pelos operadores reconhecidos é considerado como área de entreposto fiscal, não sendo permitido que os veículos usados dele saiam sem autorização expressa do director da alfândega territorialmente competente, considerando-se de outro modo haver introdução ilegal no consumo.

4 — Os operadores reconhecidos que introduzam no consumo veículos usados ficam sujeitos à apresentação da documentação referida no n.º 2 do artigo 20.º

Artigo 20.º

Introdução no consumo por particulares

1 — Os particulares e os sujeitos passivos que não se encontrem constituídos como operadores registados ou operadores reconhecidos estão obrigados à apresentação da DAV, em qualquer alfândega com competência em matéria deste imposto, nos prazos seguintes:

a) No prazo máximo de 20 dias úteis, após a entrada do veículo em território nacional ou após a ocorrência dos factos geradores previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º;

b) No prazo máximo de 10 dias úteis após o termo dos regimes de admissão ou importação temporária quando, findos estes regimes, o particular opte pela introdução no consumo.

2 — A DAV deve ser acompanhada do certificado de matrícula estrangeiro ou de documento equivalente, de factura comercial ou de declaração de venda no caso de aquisição a particular, do certificado de conformidade, do documento de transporte e respectivo recibo de pagamento sempre que o veículo não ingresse no território nacional pelos seus próprios meios, bem como do documento comprovativo da medição efectiva do nível de emissão de dióxido de carbono por centro técnico legalmente autorizado sempre que tal elemento não conste do respectivo certificado de conformidade.

Artigo 21.º

Registo e anulação das declarações

1 — As alfândegas devem proceder ao registo numérico da DAV na data da sua apresentação ou, quando tal se revele impossível, no dia útil seguinte.

2 — Pode haver lugar a anulação da DAV já registada antes de pago ou garantido o imposto, a pedido do interessado e mediante a apresentação da DCV, quando se comprove que um veículo foi erradamente declarado para um determinado regime fiscal ou que, na sequência de circunstâncias especiais, deixou de se justificar a sujeição a esse regime.

3 — A DAV apresentada por operadores registados e reconhecidos pode ser anulada antes de pago ou garantido o imposto com os seguintes fundamentos:

a) Exportação, comprovada por documento administrativo único com carimbo de saída efectiva, ou expedição, comprovada por declaração de expedição;

b) Afectação ao regime de admissão temporária por venda a missões diplomáticas e consulares de carreiras acreditadas em Portugal e respectivos funcionários;

c) Venda do veículo a pessoa que transfira a sua residência habitual de Portugal para outro país, com atribuição de matrícula de expedição ou exportação;

d) Destruição total, devida a caso fortuito ou de força maior, ou transformação do veículo em sucata sob controlo aduaneiro, livre de ónus ou encargos de qualquer natureza para o erário público;

e) Abandono a favor da fazenda pública, livre de ónus ou encargos de qualquer natureza para o erário público, ou declaração de perda do veículo proferida por autoridade judicial ou administrativa;

f) Furto ou roubo do veículo, devidamente participado às autoridades policiais, sem que o automóvel tenha sido encontrado e restituído ao seu proprietário no prazo de seis meses, e desde que se comprove o cancelamento da matrícula;

g) Declaração indevida por duplicação da DAV.

4 — Não há lugar à anulação da DAV quando a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo tenha previamente informado o interessado da intenção de proceder a uma inspecção do veículo ou da documentação apresentada, ou depois de lhe ter sido atribuída matrícula nacional.

5 — A anulação da DAV previamente registada não prejudica a responsabilização penal ou contra-ordenacional pela prática de infracções tributárias.

6 — No caso de ter sido apresentado um pedido de benefício fiscal e de o mesmo ter sido indeferido, o interessado é notificado para, no prazo de 30 dias, solicitar a anulação da DAV e declarar o destino que pretende dar ao veículo, sob pena de introdução ilegal no consumo.

Artigo 22.º

Circulação

1 — As entidades que no exercício das suas competências de fiscalização detectem em circulação um veículo com matrícula estrangeira válida, provisória ou definitiva, relativamente ao qual não tenha sido apresentada atempadamente a DAV, devem, independentemente do procedimento contra-ordenacional a que haja lugar, notificar o proprietário ou legítimo detentor da obrigação de proceder à sua apresentação dentro do prazo de dois dias úteis, devendo a notificação identificar o respectivo destinatário e o seu domicílio, o veículo em causa e a alfândega territorialmente competente para apresentação imediata da DAV, à qual é remetida cópia da notificação para efeitos de controlo.

2 — A entrada em território nacional de veículo com matrícula de trânsito, provisória ou temporária que se

encontre inválida, presume-se verificada no termo da sua validade.

3 — Decorrido o prazo para apresentação da DAV e até ao termo do prazo para pagamento do imposto, é permitida a circulação em território nacional de veículos portadores de matrícula estrangeira válida, desde que acompanhados por um exemplar da DAV e conduzidos pelo proprietário ou pelo respectivo cônjuge ou unido de facto.

4 — O documento comprovativo do pagamento do imposto com a anotação da matrícula nacional atribuída permite a utilização sem restrições dos veículos referidos no número anterior pelo prazo de 60 dias contados desde a atribuição da matrícula.

5 — A emissão do certificado de matrícula e respectiva entrega ao declarante só é efectuada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., depois de se mostrarem pagas as taxas devidas.

Artigo 23.º

Abandono e venda

1 — Os proprietários dos veículos que, ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do artigo 21.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 32.º, tenham efectuado declaração de abandono a favor do Estado devem proceder à sua entrega no prazo e local indicado pelos serviços aduaneiros, constituindo a guia emitida pela entidade receptora do veículo o documento comprovativo da dispensa de pagamento do imposto.

2 — Os tribunais competentes, através do Ministério Público, e as autoridades administrativas, em processo de contra-ordenação, enviam à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo certidão das decisões transitadas em julgado, que tenham declarado definitivamente perdidos a favor do Estado quaisquer veículos com matrícula estrangeira ou que, possuindo matrícula nacional, se presume terem sido introduzidos ilegalmente no consumo.

3 — A Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo deve informar a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças da situação dos veículos, no prazo máximo de cinco dias, para que esta se pronuncie sobre o interesse da sua afectação ao parque do Estado nos termos do Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro, procedendo a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo à sua venda ou comunicando à entidade que superintenda o processo que nada obsta à venda, sempre que a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças se pronuncie em sentido negativo.

4 — Quando a venda se destine à introdução no consumo e à matrícula nacional, são devidos o imposto sobre veículos, os direitos aduaneiros e os demais tributos aplicáveis, nos termos geralmente prescritos para os veículos usados, havendo lugar à tributação como sucata em sede de direitos aduaneiros sempre que a venda se destine ao desmantelamento e os veículos não se encontrem em livre prática.

5 — Quando o veículo não reúna as condições necessárias à sua integração no património automóvel do Estado e possua antiguidade superior a 10 anos ou

quando a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças o tenha avaliado em valor inferior a € 1000, a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo pode determinar a sua destruição através de operador registado habilitado para a gestão de veículos em fim de vida (VFV), livre de ónus ou encargos de qualquer natureza para o erário público.

Artigo 24.º

Veículos não destinados a matrícula

1 — Os veículos que entrem em território nacional e não se destinem a ser matriculados, por se destinarem a desmantelamento, circulação ou permanência em domínio exclusivamente privado, coleccionismo ou qualquer outra razão que dispense a atribuição de matrícula nacional devem, no prazo de 10 dias úteis após a entrada em território nacional, ser objecto de apresentação simultânea de DAV e de DCV, juntando-se para o efeito os documentos originais do veículo, a reter pelas alfândegas para posterior envio ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., ou aos serviços competentes em matéria de transportes terrestres, no caso das regiões autónomas.

2 — Sempre que se pretenda alterar o destino fiscal do veículo com vista à sua reexpedição ou reexportação, deve o respectivo proprietário solicitar à alfândega competente a autorização para saída do veículo do território nacional, com 10 dias de antecedência.

3 — Sempre que se pretenda proceder à introdução do veículo no consumo, o imposto é determinado em função das taxas em vigor no momento da apresentação originária da DAV e da DCV, tomando-se em consideração os anos de uso que o veículo possuísse àquela data.

CAPÍTULO IV

Liquidação, pagamento e reembolso

Artigo 25.º

Forma e prazo da liquidação

1 — A liquidação do imposto sobre veículos é realizada pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo com base na DAV ou na DCV, dentro dos seguintes prazos:

- a) Na data da apresentação do pedido de introdução no consumo por operadores registados e reconhecidos;
- b) Na data da apresentação da DAV ou DCV pelos particulares;
- c) Nos dois dias úteis seguintes à avaliação de veículos usados prevista no n.º 3 do artigo 11.º

2 — A liquidação do imposto é comunicada directa e imediatamente nos casos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior e por carta registada nos casos previstos na alínea c) do mesmo número.

3 — Os operadores registados que possuam ligação electrónica à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo consideram-se notificados da liquidação de imposto na data de apresentação do pedido de introdução no consumo.

4 — Sempre que o veículo tributável tenha beneficiado de isenção de imposto ou de redução de taxa, a liquidação assenta na diferença entre o imposto a pagar e aquele que já tenha sido pago ou que o deveria ser, caso não houvesse lugar à isenção ou taxa reduzida.

5 — Quando, em consequência de uma importação, for devido imposto, observa-se o disposto na regulamentação comunitária aplicável aos direitos aduaneiros, quer estes sejam ou não devidos, no que respeita aos prazos para cobrança a posteriori, reembolso e dispensa de pagamento.

Artigo 26.º

Liquidação oficiosa

Na falta ou atraso de liquidação imputável ao sujeito passivo ou no caso de erro, omissão, falta ou qualquer outra irregularidade que prejudique a cobrança do imposto, a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo liquida-o officiosamente com base nos elementos de que disponha, notificando o sujeito passivo para, no prazo de 10 dias úteis, proceder ao respectivo pagamento.

Artigo 27.º

Pagamento

1 — O pagamento do imposto é efectuado no prazo de 10 dias úteis a contar da data da notificação da liquidação, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 289/88, de 24 de Agosto, para os casos de prestação de caução global.

2 — Decorridos 30 dias sobre o vencimento do imposto sem que se tenha efectuado o respectivo pagamento ou declaração de abandono do veículo a favor do Estado, a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo procede de imediato à respectiva apreensão, promovendo procedimento contra-ordenacional por introdução irregular no consumo e emitindo certidão de dívida, a remeter ao serviço de finanças do domicílio fiscal do devedor para efeitos de cobrança coerciva.

3 — Os veículos tributáveis não podem ser matriculados sem que a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo tenha comunicado ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. ou às direcções regionais de transportes terrestres das regiões autónomas, informação comprovativa de que o imposto sobre veículos e, se for o caso, os direitos aduaneiros e o imposto sobre o valor acrescentado, se encontram pagos ou garantidos, ou de que foi reconhecida a sua isenção ou a não sujeição ao imposto sobre veículos.

4 — Os veículos cuja matrícula nacional tenha sido cancelada nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º, só podem voltar a ser matriculados depois de recebida a informação fiscal a que se refere o número anterior.

5 — Os serviços aduaneiros enviam ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., ou aos serviços competentes em matéria de transportes terrestres, no caso das regiões autónomas, os títulos defini-

tivos dos veículos que tenham sido declarados para introdução no consumo, em prazo não superior a um ano.

6 — Os veículos que tenham sofrido transformação geradora de imposto nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º só podem ser objecto de regularização junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., ou dos serviços competentes referidos no número anterior, no caso das regiões autónomas, após a recepção da informação a que se refere o n.º 3 do presente artigo.

7 — O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., ou os serviços competentes referidos no n.º 5 do presente artigo, no caso das regiões autónomas, devem comunicar à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo quaisquer outras transformações geradoras de imposto de que venham a ter conhecimento.

Artigo 28.º

Reembolso por erro e duplicação da colecta

1 — Em caso de erro na liquidação ou de duplicação da colecta, devidamente comprovados, há lugar ao reembolso do imposto nos termos genericamente previstos pela lei tributária.

2 — O imposto não é objecto de reembolso quando o valor a restituir seja inferior a € 30.

Artigo 29.º

Reembolso por expedição ou exportação

1 — Em caso de expedição ou exportação de veículos cujo imposto já tenha sido cobrado há lugar ao reembolso do imposto.

2 — O valor do reembolso é determinado em função do período decorrido entre a atribuição da matrícula definitiva nacional e a data da apresentação do pedido de reembolso, na seguinte medida:

a) Reembolso de 75 % no período de um ano;

b) Reembolso de 50 % no período superior a um ano mas inferior ou igual a dois anos;

c) Reembolso de 25 % no período superior a dois anos mas inferior ou igual a três anos.

3 — Para efeitos de reembolso do imposto, o requerente apresenta na alfândega da sua área de residência comprovativo do cancelamento da matrícula nacional, bem como documento que comprove que o veículo foi matriculado no país de destino.

4 — O pedido de reembolso é apresentado no prazo máximo de um ano desde a data da expedição ou exportação e o seu deferimento depende da inexistência de dívidas tributárias ao Estado em fase de cobrança coerciva, sem que haja reclamação graciosa, impugnação judicial, recurso judicial, oposição à execução ou pagamento em prestações com prestação de garantia.

5 — O reembolso é efectuado após verificação do cumprimento de todos os requisitos estipulados no n.º 3, não sendo devido quando o seu valor a restituir seja inferior a € 30.

CAPÍTULO V

Regimes suspensivos

SECÇÃO I

Admissão e importação temporária

SUBSECÇÃO I

Regras gerais

Artigo 30.º

Requisitos e prazo de validade

1 — O regime de admissão temporária faculta a permanência de veículos tributáveis matriculados noutro Estado-membro da União Europeia no território nacional com suspensão de imposto por 183 dias, seguidos ou interpolados, por cada período de 12 meses, verificadas as seguintes condições cumulativas:

a) Serem os veículos portadores de matrícula definitiva de outro Estado membro e estarem matriculados em nome de pessoa não residente que não exerça em território nacional profissão ou actividade remunerada;

b) Serem os veículos introduzidos em território nacional pelos proprietários ou legítimos detentores.

2 — Os veículos objecto de admissão temporária apenas podem ser conduzidos em território nacional pelos seus proprietários, cônjuges ou unidos de facto, ascendentes e descendentes em primeiro grau ou pelos seus legítimos detentores, na condição de estas pessoas não serem residentes nem exercerem em território nacional profissão ou actividade profissional remunerada.

3 — Em derrogação do disposto no número anterior, é permitida a condução de veículos objecto de admissão temporária a pessoas distintas do proprietário em caso de força maior, avaria mecânica ou em virtude de contrato de prestação de serviços de condução profissional, devendo a sua circulação ser feita a coberto dos respectivos títulos definitivos.

4 — Os empregados de empresas de aluguer de veículos devidamente credenciados podem ser autorizados a conduzir automóveis ligeiros objecto de admissão temporária no trajecto de regresso ao Estado em que se encontram matriculados.

5 — Os residentes em território nacional só podem utilizar, ao abrigo do regime de admissão temporária, veículos com matrícula estrangeira nas situações previstas no presente capítulo quando para o efeito seja concedida autorização prévia da alfândega.

6 — Para efeitos do presente código considera-se residente a pessoa colectiva que possua sede ou estabelecimento estável no território nacional ou a pessoa singular que permaneça no território nacional por período igual ou superior a 183 dias, consecutivos ou interpolados, por ano civil, ou que aufera rendimentos do trabalho com fonte no território nacional.

7 — À importação temporária de veículos com matrícula de país terceiro é aplicável o disposto no Código Aduaneiro Comunitário, estabelecido pelo Regulamento (CEE) n.º 2913/92, do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, e as respectivas Disposições de Aplicação.

Artigo 31.º

Matrícula provisória

1 — Sem prejuízo do disposto em convenções internacionais ou das regras aplicáveis no âmbito de relações diplomáticas e consulares, os veículos matriculados em série provisória de um Estado membro da União Europeia só podem beneficiar do regime de admissão temporária pelo período máximo de 90 dias, a contar da respectiva entrada em território nacional, devendo os interessados provar a qualidade de residente noutro Estado membro e requerer na alfândega a emissão de guia de circulação.

2 — Os veículos portadores de matrícula de série provisória apenas podem circular em território nacional enquanto se mantiver a respectiva validade, considerando-se de outro modo haver introdução ilegal no consumo.

3 — As entidades fiscalizadoras que detectem em circulação um veículo em violação do disposto nos números anteriores, notificam o seu proprietário ou legítimo detentor, com conhecimento à alfândega mais próxima, para que se dirija a esta no prazo de dois dias úteis a fim de ser emitida guia de circulação, sob pena de apreensão do veículo e participação da prática da infracção tributária.

4 — A notificação deve indicar o respectivo destinatário e o seu domicílio, o veículo em causa e a alfândega territorialmente competente para a emissão da guia.

Artigo 32.º

Apuramento do regime

1 — O regime de admissão ou importação temporária cessa em virtude dos seguintes factos:

- a) Introdução no consumo;
- b) Expedição ou exportação;
- c) Abandono a favor do Estado, livre de ónus ou encargos de qualquer natureza para o erário público;
- d) Destruição efectuada sob controlo aduaneiro ou devida a acidente, avaria grave ou acto criminoso, desde que estes sejam comprovados junto da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e o veículo se destine a sucata;
- e) Caducidade, pelo decurso do respectivo prazo, quando o presente código o estabeleça.

2 — A expedição ou exportação de veículos que tenham sido detectados em infracção pelas autoridades de fiscalização, efectua-se obrigatoriamente sob controlo aduaneiro, depois de solvida a responsabilidade contra-ordenacional.

3 — A expedição e exportação de veículos admitidos ao abrigo do artigo 36.º depende de pedido dirigido ao director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, admitindo-se o respectivo deferimento tácito decorridos 90 dias, devendo o proprietário, em caso de exportação, apresentar à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo o Documento Administrativo Único.

Artigo 33.º

Tributação pela introdução no consumo

Sempre que os veículos em regime de admissão ou importação temporária a que se refere o presente capítulo sejam objecto de posterior introdução no consumo em território nacional, nomeadamente por serem transmitidos, em vida ou por morte, a pessoa relativamente à qual não se verifiquem os respectivos pressupostos, há lugar a tributação nos termos genericamente prescritos para os automóveis usados, sem prejuízo da responsabilidade penal ou contra-ordenacional a que haja lugar.

SUBSECÇÃO II

Regras especiais

Artigo 34.º

Missões, estágios, estudos e trabalho transfronteiriço

1 — Em derrogação do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º, podem beneficiar do regime de admissão temporária os veículos matriculados em série normal de outro Estado membro por pessoas que se encontrem em Portugal em execução de missão de duração limitada, estágio ou estudo, e mantenham noutro Estado membro a sua residência e vínculos pessoais, sendo o regime fixado pelo prazo necessário à respectiva conclusão.

2 — Em derrogação do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º, podem ainda beneficiar do regime de admissão temporária os trabalhadores transfronteiriços que residam em Espanha com o respectivo agregado familiar e que se desloquem diariamente no trajecto de ida e volta entre a sua residência e o local de trabalho, situado em localidade fronteiriça adjacente no território português, desde que o agregado familiar não disponha de habitação neste território nacional.

3 — O regime de admissão temporária nas condições a que se refere o número anterior é válido por períodos de 12 meses, podendo ser renovado.

4 — A aplicação do regime de admissão temporária às situações previstas nos n.ºs 1 e 2 depende da apresentação de pedido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, a realizar no prazo máximo de 30 dias após a entrada em território nacional, acompanhado pela documentação comprovativa dos respectivos pressupostos.

Artigo 35.º

Funcionários e agentes das Comunidades Europeias e parlamentares europeus

1 — Os funcionários e agentes das Comunidades Europeias e parlamentares europeus, que por razões profissionais venham estabelecer residência em Portugal, beneficiam do regime de admissão temporária relativamente a um veículo destinado a uso pessoal, adquirido no Estado membro da última residência ou no Estado membro de que são nacionais ou ainda no

mercado nacional, durante o período de tempo em que exerçam funções em território nacional.

2 — A aplicação do regime depende da apresentação do pedido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, no prazo máximo de seis meses após o início de funções em território nacional, acompanhado de documento emitido pelas entidades competentes comprovativo da qualidade e estatuto do interessado e pelos títulos definitivos do automóvel.

3 — Os veículos automóveis que beneficiam deste regime circulam munidos do certificado de matrícula de veículo privilegiado emitido pelo Serviço do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e com matrícula dos grupos de letras CD ou FM e apenas podem ser conduzidos pelo beneficiário do regime, seu cônjuge ou unido de facto, ascendentes e descendentes directos que com ele vivam em economia comum.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo pode autorizar que outras pessoas utilizem o veículo em caso de força maior ou em situações especiais, ou se essas pessoas se acharem vinculadas por um contrato de prestação de serviços profissionais, como condutor, ao proprietário ou legítimo detentor do veículo.

5 — Decorridos, pelo menos, cinco anos sobre a data de atribuição do primeiro certificado de matrícula privilegiado ao veículo, ou, decorrido prazo inferior, no caso de terem sido regularizados nos termos do artigo 33.º, os funcionários e agentes das Comunidades Europeias e parlamentares europeus, podem proceder à substituição do veículo, com suspensão de imposto, por um outro adquirido no mercado nacional ou em mercado de outro Estado membro, havendo lugar à emissão de novo certificado de matrícula e atribuição de nova matrícula pelo Serviço do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

6 — Os funcionários e agentes das Comunidades Europeias, que residam em Portugal à data do início de funções, gozam da faculdade de uso de certificado de matrícula para o veículo de que são proprietários e podem aceder ao regime previsto no número anterior, cinco anos após esse início.

7 — Este regime é igualmente aplicável ao pessoal das agências europeias especializadas e das organizações internacionais inter-governamentais estabelecidas em território nacional.

8 — Quando os funcionários e agentes das Comunidades Europeias e parlamentares europeus pretendam introduzir no consumo os veículos antes de decorrido o prazo de cinco anos, é exigida uma percentagem do imposto de acordo com a seguinte tabela, salvo se o regime pela introdução no consumo for mais favorável, caso em que é este o aplicável:

Anos a partir da entrada do veículo em Portugal:
No decurso dos dois primeiros anos: a totalidade;
3.º ano: 75 %;
4.º ano: 50 %;
5.º ano: 25 %.

Artigo 36.º

Missões diplomáticas e consulares acreditadas em Portugal e seus funcionários

1 — As missões diplomáticas e consulares acreditadas em Portugal e os respectivos funcionários beneficiam do regime de admissão ou importação temporária, para os veículos de sua propriedade, incluindo os adquiridos em Portugal, em regime de reciprocidade, dentro dos seguintes limites:

a) Para cada missão diplomática ou consular, os automóveis necessários ao seu serviço oficial, em número máximo de unidades fixado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros;

b) Até três automóveis, para os chefes de missão diplomática;

c) Um automóvel para cada um dos demais funcionários constantes da lista do corpo diplomático, ou o máximo de dois, no caso de funcionário casado, a viver em união de facto ou com família a seu cargo;

d) Um automóvel para os cônsules de carreira, ou o máximo de dois, no caso de funcionário casado, a viver em união de facto ou com família a seu cargo;

e) Um automóvel por cada funcionário administrativo ou técnico das missões diplomáticas ou dos postos consulares que não tenha em Portugal residência permanente.

2 — Os veículos devem ser adquiridos, admitidos ou importados temporariamente, no prazo máximo de seis meses após a chegada do interessado ao território nacional, e são registados nos Serviços do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros em nome dos funcionários a que pertencem, considerando-se no regime enquanto se mantiverem ao serviço efectivo das entidades referidas no número anterior.

3 — A aplicação do regime depende da apresentação de pedido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, a realizar no prazo máximo de 30 dias após a entrada em território nacional, acompanhado pela documentação comprovativa dos respectivos pressupostos, de título definitivo do automóvel ou factura comercial, e de comprovativo de franquia emitida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

4 — No caso de se verificar a transferência de propriedade do automóvel admitido ou importado temporariamente entre as entidades referidas no n.º 1, o número de matrícula é aquele que seja atribuído ao novo proprietário.

5 — Quando as pessoas mencionadas nas alíneas b) a e) do n.º 1 cessem funções em Portugal sem que se tenha verificado a transferência de propriedade prevista no número anterior, são cancelados os registos dos respectivos automóveis.

6 — Quando as entidades ou pessoas abrangidas pelo presente artigo pretendam introduzir no consumo os veículos antes de decorrido o prazo de cinco anos, é exigida uma percentagem do imposto de acordo com a seguinte tabela, salvo se o regime pela introdução no

consumo for mais favorável, caso em que é este o aplicável:

- Anos a partir da entrada do veículo em Portugal:
 No decurso dos dois primeiros anos: a totalidade;
 3.º ano: 75 %;
 4.º ano: 50 %;
 5.º ano: 25 %.

Artigo 37.º

~~Automóveis de aluguer~~

1 — Às empresas regularmente constituídas no território da União Europeia que se dediquem ao exercício da actividade de aluguer de automóveis matriculados em série normal de um Estado membro é autorizada a admissão temporária no território nacional de automóveis de aluguer em cumprimento dos respectivos contratos, desde que quem alugue o veículo seja uma pessoa não estabelecida nem residente em território nacional.

2 — Os automóveis referidos no número anterior, caso se encontrem em Portugal no termo da execução de contrato de aluguer, podem, no prazo de cinco dias após esse termo, ser realugados a pessoas residentes ou não residentes no território nacional, com vista à sua expedição ou exportação, no prazo de quatro e oito dias, respectivamente.

3 — No mesmo prazo de cinco dias, a que se refere o número anterior, o automóvel pode ser conduzido por trabalhador da empresa de aluguer, ainda que residente em território nacional, tendo em vista a sua devolução ao país onde se iniciou o contrato de aluguer do veículo.

4 — A inobservância do disposto nos números anteriores é considerada introdução ilegal no consumo e implica a apreensão imediata do veículo e a responsabilização solidária da empresa e do respectivo utilizador.

Artigo 38.º

Exposições e demonstrações

1 — Os veículos que ingressem em território nacional para utilização exclusiva em feiras, exposições, apresentações, corridas, treinos, testes ou demonstrações, beneficiam do regime de admissão temporária, pelo prazo máximo de 90 dias, sob responsabilidade fiscal da entidade organizadora do evento ou do proprietário.

2 — A aplicação do regime depende de pedido dirigido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, a realizar antes da entrada em território nacional ou no prazo máximo dos 10 dias posteriores, acompanhado pela documentação comprovativa das condições de que o regime depende.

Artigo 39.º

Uso comercial

1 — Mediante pedido do interessado, a admissão ou importação temporária em território nacional de automóveis ligeiros de mercadorias matriculados em série normal noutro Estado membro ou em país terceiro, para fins de uso comercial, é autorizada pela Direcção-Ge-

ral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, mediante emissão de guia de circulação, desde que verificadas as seguintes condições:

a) Serem os veículos admitidos ou importados por pessoa estabelecida fora do território nacional, ou por sua conta;

b) Serem os veículos utilizados exclusivamente para serviço de transporte directo de mercadorias que se inicie ou termine fora do território nacional;

c) Serem observadas as disposições legais em vigor em matéria de transportes, designadamente as respeitantes ao acesso e exercício da actividade;

d) Estarem pagos todos os impostos periódicos sobre veículos devidos no Estado-membro de matrícula.

2 — A permanência é autorizada pelo tempo estritamente necessário à realização da operação de transporte que justifica a respectiva entrada em território nacional.

3 — Para efeitos de aplicação do disposto na alínea a) do n.º 1, as pessoas, residentes ou não, que agem por conta de pessoa não estabelecida em território nacional, devem estar sujeitas a relação contratual de trabalho e ter sido por esta devidamente autorizadas a conduzir o veículo.

Artigo 40.º

Condições de circulação

1 — A circulação dos veículos a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º e os artigos 37.º, 38.º e 39.º é feita a coberto de guia de circulação.

2 — A circulação dos veículos a que se referem os artigos 35.º e 36.º é feita ao abrigo de certificado de matrícula de série especial, emitido pelos Serviços do Protocolo do Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo atribuída a estes veículos matrícula especial.

SECÇÃO II

Expedição e exportação

Artigo 41.º

Âmbito

1 — A matrícula de expedição ou de exportação pode ser atribuída pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo ao veículo que possua matrícula nacional ou que seja apresentado às alfândegas sem matrícula por operador registado ou reconhecido e que se destine a ser expedido para outro Estado membro da União Europeia ou exportado para país terceiro.

2 — A atribuição de matrícula de expedição ou de exportação depende da apresentação de pedido do interessado à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, acompanhado da seguinte documentação:

a) Certificado de matrícula ou título de registo de propriedade, quando a matrícula nacional não se encontrar cancelada;

b) Factura comercial ou documento equivalente, quando os veículos sejam objecto de expedição ou

SUBSECÇÃO II

Pessoas com deficiência

Artigo 54.º

Conteúdo da isenção

1 — Estão isentos do imposto os veículos destinados ao uso próprio de pessoas com deficiência motora, maiores de 18 anos, bem como ao uso de pessoas com multideficiência profunda, de pessoas com deficiência que se movam exclusivamente apoiadas em cadeiras de rodas e de pessoas com deficiência visual, qualquer que seja a respectiva idade, e as pessoas com deficiência, das Forças Armadas.

2 — A isenção é válida apenas para os veículos novos que possuam nível de emissão de CO₂ até 160 g/km, não podendo a isenção ultrapassar o montante de € 6 500.

3 — Quando o sujeito passivo com deficiência reúna todas as condições para beneficiar da isenção, com excepção da carta de condução, sendo tal falta devida exclusivamente à circunstância de inexistir veículo adaptado ao tipo de deficiência em que possa efectuar a aprendizagem e exame de condução, a isenção do imposto pode ser concedida para o veículo a adquirir, na condição de que seja prestada garantia do imposto sobre veículos e do imposto sobre o valor acrescentado, devendo o interessado, no prazo de um ano, provar a obtenção da mesma, sob pena de ser accionada a garantia.

4 — O limite relativo ao nível de emissão de CO₂ estabelecido no n.º 2 não é aplicável aos veículos especialmente adaptados ao transporte de pessoas com deficiência que se movam apoiadas em cadeira de rodas, tal como estas são definidas pelo artigo seguinte, sendo as emissões de CO₂ aumentadas para 180 g/km, quando, por imposição da declaração de incapacidade, o veículo a adquirir deva possuir mudanças automáticas.

Artigo 55.º

Condições relativas ao sujeito passivo

1 — Para efeitos do reconhecimento da isenção prevista no artigo anterior, considera-se:

a) «Pessoa com deficiência motora», toda aquela que, por motivo de alterações na estrutura e funções do corpo, congénitas ou adquiridas, tenha uma limitação funcional de carácter permanente, de grau igual ou superior a 60 %, e apresente elevada dificuldade na locomoção na via pública sem auxílio de outrem ou recurso a meios de compensação, designadamente próteses, ortóteses, cadeiras de rodas e muletas, no caso de deficiência motora ao nível dos membros inferiores, ou elevada dificuldade no acesso ou na utilização dos transportes públicos colectivos convencionais, no caso de deficiência motora ao nível dos membros superiores;

b) «Pessoa com multideficiência profunda», a pessoa com deficiência motora que para além de se encontrar nas condições referidas na alínea anterior, tenha uma ou mais deficiências, das quais resulte um grau de incapacidade igual ou superior a 90 %, que implique acentuada dificuldade de locomoção na

via pública sem auxílio de outrem ou sem recurso a meios de compensação, ou no acesso ou utilização dos transportes públicos colectivos convencionais, e que esteja comprovadamente impedido de conduzir automóveis;

c) «Pessoa com deficiência que se mova apoiada em cadeira de rodas», a pessoa com deficiência de origem motora ou outra, de carácter permanente, com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, cuja locomoção se faça exclusivamente através do recurso a cadeira de rodas;

d) «Pessoa com deficiência visual», a pessoa que tenha uma alteração permanente no domínio da visão de 95 %;

e) «Pessoa com deficiência, das Forças Armadas», a pessoa que seja considerada como tal nos termos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, e tenha um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, independentemente da sua natureza.

2 — A percentagem de deficiência é fixada nos termos da Tabela Nacional de Incapacidades que esteja em vigor na data da sua determinação pela respectiva junta médica.

Artigo 56.º

Instrução do pedido

1 — O reconhecimento da isenção prevista no artigo 54.º depende de pedido dirigido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, anterior ou concomitante à apresentação do pedido de introdução no consumo, acompanhado de declaração de incapacidade permanente emitida há menos de cinco anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, ou de declaração idêntica emitida pelos serviços da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública ou das Forças Armadas, das quais constem os seguintes elementos:

a) A natureza da deficiência, tal como qualificada pelo artigo anterior;

b) O correspondente grau de incapacidade, nos termos da tabela referida no n.º 2 do artigo anterior, excepto no que se refere aos deficientes das Forças Armadas, relativamente aos quais o grau de incapacidade é fixado por junta médica militar ou pela forma fixada na legislação aplicável;

c) A comprovação da elevada dificuldade de locomoção na via pública ou no acesso ou utilização dos transportes públicos colectivos convencionais;

d) A inaptidão para a condução, caso exista.

2 — Sempre que no decurso da instrução se suscitarem dúvidas fundamentadas quanto ao grau de incapacidade dos requerentes, os serviços aduaneiros podem obrigar à submissão das pessoas com deficiência em nome de quem foram emitidas as declarações de incapacidade a uma junta médica de verificação, notificando-os dessa intenção.

3 — Com a notificação referida no número anterior, devem os interessados ser informados de que, caso queiram ter acesso imediato ao benefício antes de serem conhecidos os resultados da junta médica de veri-

ficação, pode o mesmo ser reconhecido condicionalmente, desde que fique garantido o montante do imposto do veículo a legalizar, até que a Direcção-Geral da Saúde ou as autoridades regionais de saúde comuniquem o respectivo resultado.

4 — Dentro do prazo de caducidade do direito à liquidação do imposto, sempre que a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo venha a dispor de informação nova e relevante que não tenha sido considerada no acto de reconhecimento da isenção, pode notificar as pessoas com deficiência em nome de quem foram emitidas as declarações de incapacidade referidas nos números anteriores para se submeterem a uma nova junta médica, considerando-se haver introdução ilegal no consumo em caso de recusa não fundamentada.

Artigo 57.º

Condução do automóvel

1 — É permitida a condução do veículo da pessoa com deficiência, mediante pedido dirigido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

a) Independentemente de qualquer autorização, pelo cônjuge, desde que com ele viva em economia comum, ou pelo unido de facto;

b) Pelos ascendentes e descendentes em 1.º grau que com ele vivam em economia comum, ou por terceiro por ele designado, desde que previamente autorizados pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, e na condição da pessoa com deficiência ser um dos ocupantes.

2 — A restrição à condução a que se refere a alínea b) do número anterior, no que respeita à presença da pessoa com deficiência, não é aplicável às pessoas com multideficiência profunda, às pessoas com deficiência motora cujo grau de incapacidade permanente seja igual ou superior a 80 % ou, não a tendo, se desloquem em cadeiras de rodas, e às pessoas com deficiência visual, quando as deslocações não excedam um raio de 60 quilómetros da residência do beneficiário.

3 — Em casos excepcionais devidamente fundamentados, pode ser autorizada a deslocação sem a presença da pessoa com deficiência por distância superior à referida no número anterior, emitindo a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo uma guia de circulação para o trajecto e tempo necessários.

4 — No caso dos ascendentes e descendentes do beneficiário do regime serem pessoas com deficiência motora, ou a elas equiparados, habilitados com a declaração a que se refere o n.º 1 do artigo 56.º podem também eles conduzir o veículo sem quaisquer restrições, desde que devidamente autorizados pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e fazendo-se acompanhar de documento comprovativo dessa autorização.

SUBSECÇÃO III

Transferência de residência

Artigo 58.º

Transferência de residência

1 — Estão isentos de imposto os veículos da propriedade de pessoas, maiores de 18 anos, habilitadas a conduzir durante o período mínimo de residência, que transfiram a sua residência de um Estado membro da União Europeia ou de país terceiro para território nacional, desde que estejam reunidas as condições estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º

2 — Estão ainda isentos de imposto os veículos das pessoas de nacionalidade portuguesa ou de outro Estado membro da União Europeia que tenham exercido a sua actividade noutro país, durante 24 meses e cujos rendimentos estejam sujeitos a tributação efectiva em Portugal, tendo sido:

a) Cooperantes;

b) Professores que tenham exercido funções docentes no estrangeiro em cursos ministrados em língua ou sobre cultura portuguesa, em conformidade com listas publicadas pelo respectivo departamento;

c) Funcionários contratados no estrangeiro para prestarem serviço em postos diplomáticos e consulares portugueses ou para representarem serviços públicos portugueses;

d) Funcionários de organizações internacionais de que Portugal seja parte contratante.

Artigo 59.º

Condições relativas à transferência de residência

1 — O reconhecimento da isenção prevista no artigo anterior depende de pedido dirigido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, acompanhado de:

a) Comprovativo da residência noutro Estado membro da União Europeia ou em país terceiro por período de 12 meses, seguidos ou interpolados se nesse país vigorarem restrições de estada, e a respectiva transferência para Portugal, na situação prevista no n.º 1 do artigo anterior;

b) Comprovativo da nacionalidade, da natureza da actividade desenvolvida noutro país e do respectivo vínculo contratual e duração, nas situações previstas no n.º 2 do artigo anterior.

2 — Para efeitos do disposto da alínea a) do número anterior e no caso de a legislação do país de proveniência estabelecer restrições de estada, tendo a residência sido fixa por períodos não consecutivos, conta-se o tempo total de permanência no país com base em certificado emitido pela entidade consular competente, não podendo cada período ser inferior a 183 dias por ano civil.

3 — Não se consideram residentes noutro Estado membro ou em país terceiro, as pessoas que se encontrem no estrangeiro para efeitos de estudos, estágios ou execução de funções de duração determinada até dois anos.

4 — Consideram-se estudos os que estejam subordinados ao programa de uma universidade ou outra instituição educacional, bem como a formação prática relacionada com esses estudos, excepto se a actividade desenvolvida for considerada como trabalho de pesquisa independente.

5 — Considera-se que a pessoa desempenhou funções de duração determinada noutro Estado membro ou em país terceiro, sempre que tenha estado subordinada a vínculo contratual de trabalho com pessoa residente em território nacional, tendo, em consequência, auferido remuneração e declarado rendimentos em Portugal.

Artigo 60.º

Condições relativas ao veículo

1 — A isenção de imposto referida no artigo 58.º só é concedida quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes condições relativas ao veículo:

a) Destinar-se a ser introduzido no consumo por ocasião da transferência de residência normal do interessado para território nacional;

b) Ter sido adquirido no país de proveniência, ou em país onde anteriormente tenha igualmente residido o proprietário, em condições gerais de tributação e não ter beneficiado na expedição ou exportação de qualquer desagravamento fiscal, presumindo-se tal facto quando o veículo se encontre munido de uma placa de matrícula de série normal, com exclusão de toda e qualquer placa temporária;

c) Ter sido propriedade do interessado no país de proveniência, durante pelo menos 12 meses antes da transferência de residência, contados desde a data da emissão do documento que titula a propriedade ou da data em que celebrou o contrato de locação financeira, se for o caso.

2 — Aos membros de organizações internacionais reconhecidas por Portugal, nas condições convencionalmente fixadas, aos membros das Forças Armadas dos Estados partes contratantes do Tratado do Atlântico Norte ou dos seus funcionários civis e aos funcionários abrangidos pela alínea c) do n.º 2 do artigo 58.º não é aplicável o disposto na alínea b) n.º 1 desde que tenham cessado o exercício de funções no âmbito da organização internacional ou do Tratado do Atlântico Norte ou no posto diplomático ou consular.

Artigo 61.º

Pedido de isenção

1 — Para efeitos do reconhecimento da isenção por transferência de residência, o requerente deve apresentar, juntamente com o pedido, os seguintes documentos:

a) Declaração aduaneira de veículo;

b) Certificado de matrícula e título de registo de propriedade, se for o caso, comprovativo da propriedade do veículo;

c) Carta de condução válida há pelo menos 12 meses antes da transferência da residência;

d) Certificado de residência oficial, emitido pela entidade administrativa com competência para o controlo de habitantes ou, caso não exista, certificado consular, onde conste a data do início e cessação da residência;

e) Documento da vida quotidiana que ateste a residência no país de proveniência, designadamente, recibos de renda de casa, consumo de água, electricidade, recibos de vencimento ou provas de desconto para efeitos de saúde e reforma.

2 — A Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo pode exigir a tradução oficial de documentos estrangeiros.

3 — Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 58.º, o pedido de isenção é acompanhado de documento emitido pela entidade competente que ateste o estatuto do requerente, bem como as datas de início e de cessação de funções.

Artigo 62.º

Funcionários diplomáticos e consulares portugueses

1 — Os funcionários diplomáticos e consulares portugueses e os funcionários cujas funções no quadro externo sejam equiparadas ao serviço diplomático, que regressem a Portugal após cessação das mesmas, beneficiam da isenção de imposto na introdução no consumo de um veículo, desde que sejam proprietários do veículo há pelo menos 12 meses antes da respectiva cessação, ou de dois veículos, no caso de serem casados e o cônjuge ou unido de facto ter acompanhado o titular do cargo no país de exercício, não podendo, neste último caso, a cilindrada acumulada ser superior a 3 500 cm³, devendo um dos veículos ficar registado em nome do cônjuge ou do unido de facto.

2 — O pedido de isenção é acompanhado da DAV e de certificado do Ministério dos Negócios Estrangeiros que ateste o estatuto e a categoria profissional do requerente, o tipo de missão desempenhada e a data de início e da cessação de funções no quadro externo.

3 — Em caso de transferência imprevisível e independente da vontade do requerente, que torne impossível o cumprimento do prazo previsto no n.º 1, é concedida a isenção desde que o requisito relativo à propriedade do automóvel se tenha verificado por período igual ou superior a seis meses.

Artigo 63.º

Funcionários, agentes das Comunidades Europeias e parlamentares europeus

1 — Os funcionários e agentes das Comunidades Europeias, bem como os parlamentares europeus que tendo permanecido, pelo menos, 12 meses, no exercício efectivo de funções, venham estabelecer ou restabelecer a sua residência em território nacional, após a cessação definitiva das mesmas, beneficiam de isenção de imposto sobre veículos na introdução no consumo de um veículo, desde que esse veículo:

a) Tenha sido adquirido no Estado da última residência do requerente, ou em Estado onde anteriormente tenha igualmente residido;

b) Seja propriedade do requerente há, pelo menos, 12 meses, antes da transferência de residência.

2 — O pedido de isenção é acompanhado da DAV e de documento emitido pela entidade comunitária competente, que ateste a qualidade e o estatuto do requerente, bem como o período de exercício efectivo de funções.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 64.º

Fiscalização

1 — Os veículos tributáveis estão sujeitos a fiscalização desde a entrada em território nacional até à regularização da sua situação fiscal.

2 — Estão ainda sujeitos a fiscalização os veículos que tenham beneficiado de isenção ou redução de imposto, dentro do período em que se mantenham os ónus que lhes estão associados, podendo a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, em função de critérios de risco, solicitar a especial colaboração dos postos consulares, das juntas de freguesia, dos serviços de estrangeiros, dos centros de emprego e da segurança social e outros que se venham a revelar necessários à comprovação dos elementos relevantes à concessão dos benefícios.

3 — A fiscalização do cumprimento das disposições previstas neste código compete à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, à Direcção-Geral dos Impostos, ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., ao Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., na área das respectivas atribuições, à Polícia de Segurança Pública e à Guarda Nacional Republicana, em especial à respectiva Brigada Fiscal, no que respeita à circulação dos veículos tributáveis e ao controlo da sua situação fiscal.

Artigo 65.º

Impedimento de reconhecimento do direito a benefícios fiscais

1 — Só podem beneficiar de isenção ou taxa reduzida de imposto sobre veículos os contribuintes que, no momento da introdução no consumo, apresentem as suas obrigações tributárias em sede de imposto sobre veículos e de imposto único de circulação integralmente satisfeitas relativamente a todos os veículos da sua propriedade e que não possuam outras dívidas tributárias ao Estado em fase de cobrança coerciva, sem que haja reclamação graciosa, impugnação judicial, recurso judicial, oposição à execução ou pagamento em prestações com prestação de garantia.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, as conservatórias do registo automóvel, a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e a Direcção-Geral dos Impostos devem proceder à necessária troca de informação relativamente aos contribuintes faltosos.

Artigo 66.º

União de facto

Para efeitos da aplicação do presente código, a prova da união de facto, reconhecida nos termos da Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, depende da apresentação dos seguintes documentos:

a) Declaração emitida pela junta de freguesia atestando que os interessados residem em economia comum há mais de dois anos;

b) Comprovação da identidade de domicílio fiscal dos interessados nos últimos dois anos;

c) Declaração de ambos os membros da união de facto, sob compromisso de honra, de que assumem a união e que esta perdura há mais de dois anos.

ANEXO II

Código do Imposto Único de Circulação

(a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º)

CAPÍTULO I

Princípios e regras gerais

Artigo 1.º

Princípio da equivalência

O imposto único de circulação obedece ao princípio da equivalência, procurando onerar os contribuintes na medida do custo ambiental e viário que estes provocam, em concretização de uma regra geral de igualdade tributária.

Artigo 2.º

Incidência objectiva

1 — O imposto único de circulação incide sobre os veículos das categorias seguintes, matriculados ou registados em Portugal:

a) Categoria A: Automóveis ligeiros de passageiros e automóveis ligeiros de utilização mista com peso bruto não superior a 2 500 kg matriculados desde 1981 até à data da entrada em vigor do presente código;

b) Categoria B: Automóveis de passageiros referidos nas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do Imposto sobre Veículos e automóveis ligeiros de utilização mista com peso bruto não superior a 2 500 kg, matriculados em data posterior à da entrada em vigor do presente código;

c) Categoria C: Automóveis de mercadorias e automóveis de utilização mista com peso bruto superior a 2 500 kg, afectos ao transporte particular de mercadorias, ao transporte por conta própria, ou ao aluguer sem condutor que possua essas finalidades;

d) Categoria D: Automóveis de mercadorias e automóveis de utilização mista com peso bruto superior a 2 500 kg, afectos ao transporte público de mercadorias, ao transporte por conta de outrem, ou ao aluguer sem condutor que possua essas finalidades;

e) Categoria E: Motociclos, ciclomotores, triciclos e quadriciclos, tal como estes veículos são definidos pelo Código da Estrada, matriculados desde 1987;

f) Categoria F: Embarcações de recreio de uso particular com potência motriz igual ou superior a 20 kW, registados desde 1986;

g) Categoria G: Aeronaves de uso particular.

2 — Presumem-se afectos ao transporte particular de mercadorias ou ao transporte por conta própria os veículos relativamente aos quais se não comprove a afectação ao transporte público de mercadorias ou ao transporte por conta de outrem.

Artigo 3.º

Incidência subjectiva

1 — São sujeitos passivos do imposto os proprietários dos veículos, considerando-se como tais as pessoas singulares ou colectivas, de direito público ou privado, em nome das quais os mesmos se encontrem registados.

2 — São equiparados a proprietários os locatários financeiros, os adquirentes com reserva de propriedade, bem como outros titulares de direitos de opção de compra por força do contrato de locação.

Artigo 4.º

Incidência temporal

1 — O imposto único de circulação é de periodicidade anual, sendo devido por inteiro em cada ano a que respeita.

2 — O período de tributação corresponde ao ano que se inicia na data da matrícula ou em cada um dos seus aniversários, relativamente aos veículos das categorias A, B, C, D e E, e ao ano civil, relativamente aos veículos das categorias F e G.

3 — O imposto incidente sobre os veículos da categoria A, B, C, D e E é devido até ao cancelamento da matrícula em virtude de abate efectuado nos termos da lei.

Artigo 5.º

Isenções

1 — Estão isentos de imposto os seguintes veículos:

a) Veículos da administração central, regional, local e das forças militares e militarizadas, bem como os veículos propriedade de corporações de bombeiros que se destinem ao combate ao fogo;

b) Automóveis e motociclos da propriedade de Estados estrangeiros, de missões diplomáticas e consulares, de organizações internacionais e de agências europeias especializadas, bem como dos respectivos funcionários, quando o seu reconhecimento seja obrigatório em virtude de instrumento de direito internacional;

c) Automóveis e motociclos que, tendo mais de 20 anos e constituindo peças de museus públicos, só ocasionalmente sejam objecto de uso e não efectuem deslocamentos anuais superiores a 500 quilómetros;

d) Veículos não motorizados, exclusivamente eléctricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis, veículos especiais de mercadorias sem capacidade de transporte, ambulâncias, veículos funerários e tractores agrícolas;

e) Automóveis ligeiros de passageiros que se destinem ao serviço de aluguer com condutor (letra «T»), bem como ao transporte em táxi.

2 — Estão ainda isentos de imposto, os seguintes sujeitos passivos:

a) Pessoas com deficiência cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60 % em relação a veículos das categorias A, B e E e nas condições previstas no n.º 5;

b) Pessoas colectivas de utilidade pública e instituições particulares de solidariedade social, nas condições previstas no n.º 6.

3 — A isenção a que se refere a alínea b) do n.º 1 é reconhecida mediante despacho do Director-Geral dos Impostos sobre pedido acompanhado por declaração do Ministério dos Negócios Estrangeiros que comprove os pressupostos da isenção.

4 — A isenção a que se refere a alínea c) do n.º 1 deve ser objecto de comprovação em qualquer serviço de finanças, relativamente a cada ano a que respeite, mediante pedido apresentado no prazo para pagamento do imposto e acompanhado do título de propriedade e documento de identificação ou certificado de registo ou matrícula do veículo.

5 — A isenção prevista na alínea a) do n.º 2 só pode ser usufruída por cada beneficiário em relação a um veículo e é reconhecida, anualmente, em qualquer serviço de finanças.

6 — A isenção prevista na alínea b) do n.º 2 é reconhecida mediante despacho do Director-Geral dos Impostos sobre requerimento das entidades interessadas devidamente documentado.

7 — Estão isentos de 50 % do imposto os seguintes veículos:

a) Os veículos da categoria D, quando autorizados ou licenciados para o transporte de grandes objectos;

b) Os veículos das categorias C e D que efectuem transporte exclusivamente na área territorial de uma região autónoma.

Artigo 6.º

Facto gerador e exigibilidade

1 — O facto gerador do imposto é constituído pela propriedade do veículo, tal como atestada pela matrícula ou registo em território nacional.

2 — É ainda considerado facto gerador do imposto a permanência em território nacional por período superior a 183 dias de veículos não sujeitos a matrícula em Portugal e que não sejam veículos de mercadorias de peso bruto igual ou superior a 12 toneladas.

3 — O imposto considera-se exigível no primeiro dia do período de tributação referido no n.º 2 do artigo 4.º

Artigo 7.º

Base tributável

1 — O imposto único de circulação possui natureza específica, sendo a sua base tributável constituída pelos seguintes elementos:

a) Quanto aos veículos das categorias A, a cilindrada, a voltagem, a antiguidade da matrícula e o combustível;

b) Quanto aos veículos da categoria B, a cilindrada e o nível de emissão de dióxido de carbono (CO2)

relativo ao ciclo combinado de ensaios constante do certificado de conformidade ou, não existindo, da medição efectiva efectuada em centro técnico legalmente autorizado nos termos previstos para o cálculo do imposto sobre veículos;

c) Quanto aos veículos das categorias C e D, o peso bruto, o número de eixos, o tipo de suspensão dos eixos motores e antiguidade da primeira matrícula do veículo motor;

d) Quanto aos veículos da categoria E, a cilindrada;

e) Quanto aos veículos da categoria F, a potência motriz, tal como constante do respectivo livrete;

f) Quanto aos veículos da categoria G, o peso máximo autorizado à descolagem, tal como constante do certificado de aero-navegabilidade.

2 — Na determinação da base tributável do imposto incidente sobre os veículos das categorias C e D, considera-se equivalente a suspensão pneumática o tipo de suspensão definido no anexo III da Directiva n.º 96/53/CE do Conselho, de 25 de Julho de 1996, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade.

3 — Na determinação da base tributável do imposto incidente sobre os veículos das categorias C e D que sejam veículos articulados, constituídos por tractor e semi-reboque, ou conjuntos formados por veículo automóvel e reboque, cujo peso bruto, excluindo o rebocável, seja igual ou superior a 12 toneladas, valem as seguintes regras:

a) O peso bruto corresponde ao peso bruto máximo que o automóvel está autorizado a deslocar;

b) O número de eixos corresponde ao número de eixos do automóvel ou tractor somado ao número de eixos do veículo rebocado;

c) O tipo de suspensão corresponde ao dos eixos motores.

4 — Para efeitos do disposto na alínea b) do número anterior, no caso de ao mesmo veículo automóvel ou ao tractor virem a ser acoplados, alternadamente, diferentes reboques ou semi-reboques, presume-se que ao reboque correspondem dois eixos e que ao semi-reboque correspondem dois eixos se o peso bruto máximo, a que se refere a alínea a) do n.º 3, for igual ou inferior a 36 toneladas, e três eixos se aquele peso bruto for superior a 36 toneladas.

5 — Quando, para efeitos de determinação da base tributável dos veículos da categoria F, haja que proceder à conversão de unidades de potência, as fórmulas a empregar são as seguintes:

$$1 \text{ kW} = 1,359 \text{ cv}$$

$$1 \text{ kW} = 1,341 \text{ HP}$$

$$1 \text{ HP} = 0,7457 \text{ kW}$$

6 — Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira os valores das emissões de dióxido de carbono a considerar para efeitos de determinação do IUC, são os mesmos que foram utilizados para efeitos do cálculo do ISV.

Artigo 8.º

Taxas — regras gerais

1 — As taxas do imposto são as que estiverem em vigor no momento em que ele se torna exigível.

2 — Quando a um veículo tributável sejam aplicáveis taxas diferentes de imposto em virtude das suas características ou utilização, prevalecem as taxas mais elevadas.

3 — As taxas constantes do presente código devem ser actualizadas todos os anos em função do índice de preços no consumidor.

Artigo 9.º

Taxas — categoria A

As taxas aplicáveis aos veículos da categoria A são as seguintes:

Combustível Utilizado		Electricidade Voltagem total	Imposto anual segundo o ano de matrícula (em euros)		
Gasolina Cilindrada (Cm³)	Outros produtos Cilindrada (Cm³)		Posterior a 1995	De 1990 a 1995	De 1981 a 1989
Até 1000	Até 1500	Até 100	16,00	10,00	7,00
Mais de 1000 até 1300	Mais de 1500 até 2000	Mais de 100	32,00	18,00	10,00
Mais de 1300 até 1750	Mais de 2000 até 3000		50,00	28,00	14,00
Mais de 1750 até 2600	Mais de 3000		127,00	68,00	29,00
Mais de 2600 até 3500			202,00	110,00	56,00
Mais de 3500			360,00	185,00	85,00

Artigo 10.º

Taxas — categoria B

As taxas aplicáveis aos veículos da categoria B são as seguintes:

Escalão de Cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxas (em euros)	Escalão de CO2 (em gramas por quilómetro)	Taxas (em euros)
Até 1250	25,00	Até 120	50,00
Mais de 1250 até 1750	50,00	Mais de 120 até 180	75,00
Mais de 1750 até 2500	100,00	Mais de 180 até 250	150,00
Mais de 2500	300,00	Mais de 250	250,00

Artigo 11.º

Taxas — categoria C

As taxas aplicáveis aos veículos da categoria C são as seguintes:

Veículos de peso bruto <= a 12 t	
Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Taxas anuais (em euros)
Até 2500	27,00
2501 a 3500	45,00
3501 a 7500	105,00
7501 a 11 999	173,00

Veículos a motor de peso bruto >= 12 t										
Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1ª matrícula									
	Até 1990 (inclusivé)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em Euros)		Taxas anuais (em Euros)		Taxas anuais (em Euros)		Taxas anuais (em Euros)		Taxas anuais (em Euros)	
2 EIXOS										
12000	186,00	193,00	173,00	180,00	165,00	172,00	159,00	165,00	157,00	163,00
12001 a 12999	265,00	312,00	247,00	290,00	236,00	277,00	226,00	266,00	224,00	264,00
13000 a 14999	268,00	316,00	249,00	294,00	238,00	281,00	229,00	270,00	227,00	268,00
15000 a 17999	299,00	333,00	278,00	310,00	265,00	296,00	255,00	284,00	253,00	282,00
>= 18000	379,00	421,00	353,00	392,00	337,00	374,00	324,00	359,00	321,00	356,00
3 EIXOS										
< 15000	186,00	265,00	173,00	246,00	165,00	235,00	158,00	226,00	157,00	224,00
15000 a 16999	262,00	297,00	244,00	276,00	233,00	264,00	223,00	253,00	222,00	251,00
17000 a 17999	262,00	303,00	244,00	282,00	233,00	269,00	223,00	259,00	222,00	256,00
18000 a 18999	341,00	378,00	317,00	351,00	303,00	335,00	291,00	322,00	288,00	319,00
19000 a 20999	342,00	378,00	319,00	351,00	304,00	335,00	292,00	322,00	290,00	319,00
21000 a 22999	344,00	382,00	320,00	355,00	306,00	339,00	294,00	325,00	291,00	323,00
>= 23000	385,00	428,00	358,00	398,00	342,00	380,00	328,00	365,00	326,00	362,00
>= 4 EIXOS										
< 23000	263,00	295,00	245,00	274,00	233,00	262,00	224,00	251,00	222,00	249,00
23000 a 24999	333,00	375,00	310,00	349,00	296,00	333,00	284,00	320,00	282,00	317,00
25000 a 25999	341,00	378,00	317,00	351,00	303,00	335,00	291,00	322,00	288,00	319,00
26000 a 26999	626,00	710,00	582,00	660,00	556,00	630,00	534,00	605,00	529,00	600,00
27000 a 28999	635,00	727,00	591,00	677,00	564,00	646,00	542,00	621,00	537,00	615,00
>= 29000	652,00	737,00	607,00	686,00	579,00	655,00	556,00	629,00	552,00	624,00

Veículos articulados e conjuntos de veículos										
Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1ª matrícula									
	Até 1990 (inclusivé)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	suspensão pneumática ou equivalente (1)	Com outro tipo de suspensão	suspensão pneumática ou equivalente (1)	Com outro tipo de suspensão	suspensão pneumática ou equivalente (1)	Com outro tipo de suspensão	suspensão pneumática ou equivalente (1)	Com outro tipo de suspensão	suspensão pneumática ou equivalente (1)	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em Euros)		Taxas anuais (em Euros)		Taxas anuais (em Euros)		Taxas anuais (em Euros)		Taxas anuais (em Euros)	
2+1 EIXOS										
12000	185,00	187,00	172,00	174,00	164,00	166,00	158,00	160,00	156,00	159,00
12001 a 17999	258,00	316,00	242,00	294,00	231,00	280,00	223,00	269,00	222,00	267,00
18000 a 24999	341,00	402,00	320,00	374,00	306,00	357,00	296,00	343,00	293,00	340,00
25000 a 25999	370,00	412,00	347,00	384,00	331,00	366,00	320,00	352,00	318,00	349,00
>= 26000	688,00	757,00	646,00	704,00	616,00	672,00	596,00	645,00	591,00	640,00
2+2 EIXOS										
< 23000	256,00	292,00	240,00	272,00	229,00	259,00	221,00	249,00	220,00	247,00
23000 a 25999	329,00	373,00	309,00	347,00	294,00	331,00	285,00	318,00	283,00	315,00
26000 a 30999	627,00	715,00	588,00	665,00	561,00	635,00	543,00	610,00	538,00	605,00
31000 a 32999	678,00	734,00	636,00	683,00	607,00	652,00	587,00	626,00	582,00	621,00
>= 33000	722,00	870,00	678,00	810,00	647,00	773,00	626,00	742,00	621,00	736,00
2+3 EIXOS										
< 36000	639,00	719,00	599,00	669,00	572,00	639,00	554,00	613,00	549,00	608,00
36000 a 37999	705,00	765,00	662,00	717,00	632,00	685,00	611,00	662,00	606,00	657,00
>= 38000	731,00	860,00	685,00	807,00	654,00	770,00	633,00	745,00	628,00	739,00
3+2 EIXOS										
< 36000	638,00	702,00	598,00	653,00	571,00	624,00	552,00	599,00	548,00	594,00
36000 a 37999	653,00	743,00	613,00	692,00	585,00	660,00	566,00	634,00	561,00	629,00
38000 a 39999	654,00	790,00	614,00	735,00	586,00	701,00	567,00	674,00	562,00	668,00
>= 40000	762,00	979,00	715,00	912,00	682,00	870,00	660,00	835,00	655,00	829,00
>= 3+3 EIXOS										
< 36000	592,00	701,00	555,00	652,00	530,00	622,00	513,00	598,00	508,00	593,00
36000 a 37999	698,00	775,00	655,00	721,00	625,00	688,00	605,00	661,00	600,00	655,00
38000 a 39999	705,00	788,00	661,00	733,00	631,00	700,00	610,00	672,00	605,00	667,00
>= 40000	721,00	801,00	676,00	745,00	646,00	711,00	625,00	683,00	619,00	678,00